



SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018

ATA

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2018;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia” de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2019;

2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019;

2.4 – Aprovação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas: Prédios rústicos – 0,8%; Prédios urbanos – 0,3%;

2.5 – Aprovação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios devolutos e/ou em ruínas: máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar nos prédios urbanos;

2.6 – Aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2019;

2.7 – Aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas;

2.8 - Aprovação da Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2018;

2.9 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

2.10 – Aprovação da proposta da 2.ª alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas - aditamento ao artigo 10.º;

2.11 – Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Nelas – Nova redação do artigo 17.º (Período das Reuniões);

O Senhor Presidente da Assembleia, Professor António Manuel Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Ex.mo Público,

Muito boa noite.

Uma vez que temos quórum, vamos dar início à sessão ordinária de dezembro. Começo por informar que no Grupo Parlamentar do Partido Socialista há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

algumas alterações nomeadamente a proveniente da situação da Senhora Deputada Patrícia de Deus pedir a suspensão do mandato até abril, por motivo de maternidade. Pela lista seria substituída pela Senhora Mariana Borges, que, por sua vez, assim que recebeu a convocatória disse que não podia estar porque está num Congresso do Partido Socialista este fim-de-semana. Portanto, foi substituída pelo Senhor Augusto Borges da Silva, que está presente.

E também o Senhor Carlos Almeida me informou que não estava presente em Nelas e, foi substituído pelo Senhor António Figueiredo.

A Senhora Alexandra Cardoso, também por motivos de saúde disse que não podia estar presente. Convoquei a seguinte, que é a Senhora Maria de Lurdes Santos, que me disse que aceitava, mas ontem ligou-me a dizer que tinha uma consulta em Lisboa e, portanto, não podia estar presente.

Portanto, neste momento, estão dois elementos novos que são o Senhor Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva e o Senhor António Figueiredo.

Hoje mandou-me uma mensagem o Senhor André Carvalho a dizer que, por motivos laborais, não pode estar presente. Pede para lhe justificar a falta, que aceitei.

(A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Segunda Secretária Alexandra Maria Lopes Monteiro:

- Faltam os Senhores Deputados: Maria de Lurdes Camões Barros Santos, André Manuel Simões Carvalho, Fernando Manuel Abrantes Garcia (veio mais tarde), Luis Manuel Abrantes Pinheiro, José Carlos da Silva Moreira (veio mais tarde) e António Fernandes da Costa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, estão a faltar seis Senhores Deputados. Estamos presentes vinte e dois.

Ora, antes de entrar no Período de Antes da Ordem do Dia, queria informar o Plenário que recebi do Senhor Deputado Manuel Henriques um pedido de inclusão de dois pontos na Ordem de Trabalhos.

Uma vez que os mesmos foram enviados no dia 6 de dezembro, queria referir que o Regimento refere no seu ponto 3 do artigo 5.º que a Ordem do Dia deve ainda incluir os assuntos que para esse fim foram indicados por qualquer dos Membros da Assembleia desde que sejam da competência deste Órgão e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 5 dias úteis sobre a data da sessão, isto no caso das reuniões ordinárias, que é o caso.

O ponto 1 e o ponto 4 do mesmo artigo, dizem que a Ordem do Dia é estabelecida pela Mesa da Assembleia. O ponto 4 diz que a Ordem do Dia é entregue a todos os Membros da Assembleia com a antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data do início da sessão, ou reunião.

Como tem vindo a ser pedido pelos Senhores Deputados, há toda a conveniência em que os documentos e a Ordem de Trabalhos fossem enviados o mais cedo possível. Por assim ser, estava a mandar documentos, uma vez que havia Orçamento, desde vinte e poucos de novembro. Documentos avulso, uma vez que ninguém sabia ainda qual era a Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mandei a Ordem de Trabalhos no dia 4 de dezembro e, portanto, fixei a Ordem e mandei-a no dia 4 de dezembro. Torneia-a pública e, portanto, a partir daí, embora faltassem mais que 5 dias úteis para qualquer Elemento apresentar documentos, uma vez que a Ordem de Trabalhos estava fixada, só existe uma hipótese que é a de recorrer ao artigo 19.º que refere no seu ponto 3: *que a discussão e votação de propostas não constantes na Ordem do Dia, que era o caso, das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada, pelo menos, por 2/3 do número legal de Membros que reconheçam a urgência de deliberação sobre o assunto.* Foi por este motivo que eu vos enviei, ou reenviei os e-mails do Senhor Deputado Manuel Henriques a dizer que ia pôr os assuntos à consideração do Plenário uma vez que a Ordem de Trabalhos já tinha seguido.

Neste momento, pediu a palavra o Deputado Manuel Henriques.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Muito boa noite,
Estimado Público,
Senhor Presidente da Assembleia,
Ex.m.ªs Senhoras da Mesa,
Senhor Presidente,
Senhor Vice-Presidente,
Senhores Vereadores,
Demais Membros da Assembleia Municipal.

Eu só queria deixar uma nota e é uma nota pessoal sobre isto, mas também é uma nota jurídica. Eu gostava que depois o Senhor Presidente me esclarecesse quem foi o ilustre jurista dos Serviços Municipais que se debruçou e tirou brilhante conclusão porque, de facto, o Regimento é claríssimo. Pedidos entrados nos 5 dias úteis antes, e, eu tive o cuidado, no esclarecimento que enviei, especificar os dias. Não é matéria, sequer, que seja sujeita a deliberação aqui da Assembleia. É, absolutamente, potestativo. E para demonstrar isto basta ler o Regimento.

Depois, há a prática da Assembleia. Eu devo recordar o Senhor Presidente que na primeira Assembleia Ordinária deste mandato, o Senhor Presidente e bem, e bem, não aceitou duas propostas do CDS Partido Popular na medida em que elas chegaram fora desse hiato de tempo que eu referi há pouco.

Depois, também e bem, na Assembleia realizada em 28/09/2018, eu enviei, dentro do prazo e o Senhor Presidente e bem, inclui na Ordem do Dia a moção enviada que depois foi retirada.

É assim, os Senhores Deputados são livres de chumbar, de se abster, de aprovar, mas eu acho que termos uma discussão regimental quando o artigo 15.º diz, claramente, 5 dias úteis, isto é, do português mais claro, mais cristalino que pode haver, Senhor Presidente.

Eu vou-lhe dizer uma coisa a título pessoal. Fica muito mal ao Senhor Presidente diminuir aqui as propostas dos Membros da Assembleia por uma questão deste tipo. Eu peço-lhe o seguinte: consulte os Serviços Jurídicos da Câmara. Eu gostava, sinceramente, que esclarecesse quem foi o Membro dos Serviços Jurídicos da Câmara que se pronunciou sobre isto. É que é uma situação, absolutamente, bizarra e não faz qualquer sentido e diminui, claramente, esta Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Por respeito a esta Assembleia, faço esta declaração, porque hoje fui eu, amanhã será o PSD, depois será o PS, depois será o Coração do Dão, depois será quem bem assim entender.

Agora, parece-me, absolutamente redutor tornarmos o nosso Concelho, que já é pequeno em si, ainda mais pequeno com estas questões.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Tenho a informá-lo que não foi nenhum célebre Jurista que fez a interpretação, foi um mero Engenheiro que, por acaso, é Presidente da Mesa da Assembleia e, por isso a questão é a seguinte: eu disse e também sabe, que a Ordem de Trabalhos, depois de fixada, não pode ser alterada, a não ser pelo Plenário.

Portanto, a partir daí, eu, atendendo ao pedido, várias vezes feito, pelos Membros desta Assembleia, tentei enviar os documentos, que eram muitos, com bastante antecedência. Isto leva-me só a concluir uma coisa. A partir de agora, os documentos vão, no máximo, com 4 dias de antecedência porque eu tenho que esperar até ao quinto dia para que algum Senhor Deputado queira meter algum ponto na Ordem de Trabalhos.

Mas, uma vez que, com a minha boa-fé e uma vez que estava a mandar documentos desde novembro pensei que já ninguém iria propor pontos para a Ordem de Trabalhos.

A Ordem de Trabalhos fixada só pode ser alterada pelo Regimento. E, nestes termos, eu tenho que propor à Assembleia que me fixe estes pontos. E, então, é isso que eu vou fazer neste momento.

O Senhor Deputado Manuel Henriques apresentou dois pontos para inclusão na Ordem de Trabalho, que eu vos mandei, reencaminhando o e-mail.

O ponto 1 é - Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Nelas – Nova redação do artigo 17.º (Período das Reuniões).

E, para que um ponto seja introduzido tem que ser da competência do Órgão e este é da competência do Órgão por estar previsto na alínea e), do n.º 1, do artigo 60.º, do Regimento - Alteração do Regimento da Assembleia.

Portanto, eu vou pô-lo à discussão e pergunto: quem vota contra a inclusão deste ponto? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém.

Portanto, o ponto 1 passa a fazer parte da Ordem de Trabalhos e será o ponto 2.11 – Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Nelas – Nova redação do artigo 17.º (Período das Reuniões). Cumpre o Regimento. É o artigo 60.º.

Agora, o ponto 2, que é: Proposta de deliberação para a instituição de Orçamento Participativo no Município de Nelas.

Relativamente a este, não encontrei na Lei n.º 75/2013, nem no Regimento Interno desta Assembleia, a competência deste Órgão, o que é, salvo melhor opinião, importante para se pedir a introdução de qualquer ponto na Ordem de Trabalhos. Para aprovar propostas de deliberação para a constituição de Regulamentos internos, ou externos, que é o caso do Orçamento Participativo, não encontrei a competência deste Órgão.

O que está previsto e que foi indicado pelo Senhor Deputado Manuel Henriques é, ao abrigo da alínea g), do n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, “a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Assembleia pode aprovar”, “*pode aprovar*”, por proposta da Câmara, o Orçamento participativo que, a mesma Câmara pode elaborar nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da mesma Lei. Portanto, isto são competências da Câmara.

A Assembleia tem competência para aprovar uma proposta da Câmara. A proposta de deliberação para a instituição de Orçamento Participativo é da Câmara e não da Assembleia. Isto é a minha interpretação.

Diz também o artigo 45.º da mesma Lei, que é o Princípio da especialidade, que: “*Os órgãos das Autarquias Locais só podem deliberar no quadro da prossecução das atribuições destas e no âmbito do exercício das suas competências, nos termos da Lei*”

Nestes termos, eu considero que não estão reunidas, a não ser que haja melhor interpretação, não estarem reunidas condições para se introduzir este ponto na Ordem de Trabalhos, já que ele não cumpre os requisitos do artigo 15.º que diz que: *Desde que sejam da competência deste Órgão*. Portanto, eu não encontrei esta competência, nem na Lei, nem no Regimento. As competências estão definidas e esta não está lá. Há ausência, não está nas competências.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Ó Senhor Presidente. Mais uma vez, só para fazer um esclarecimento.

O que está aqui proposto não é que se aprove um regulamento. Isto está bem expresso nos três pontos, porque eu sei, porque eu sei, como todos sabem aqui, que quem propõe regulamentos é a Câmara Municipal.

Agora, eu gostaria de saber, mais uma vez, qual é a tese peregrina que nos proíbe aqui de discutir a possibilidade da instituição no Município de Nelas de um Orçamento Participativo, que todos sabemos que só pode ter eficácia perante um regulamento que a Câmara venha a propor.

Ó Senhor Presidente, se acha que isto não é sobre o Carregal do Sal, isto é, sobre Nelas, é sobre Nelas. Não é sobre Mangualde, é sobre Nelas.

Aqui propõe-se uma deliberação, uma moção sobre Nelas para um Orçamento participativo no Município de Nelas. E, eu, sinceramente, Senhor Presidente, acho que vem mal preparado para estas Assembleias porque isto entra, claramente, nas competências desta Assembleia poder discutir sobre este assunto.

Se, depois, a Câmara quer, ou não, propor aqui um regulamento, a Câmara assim o bem entenda, entenda fazer o que quiser. Pode, pura e simplesmente, ignorar a deliberação desta Assembleia.

Agora, vamos lá fazer as coisas como deve ser. Volto-lhe a dizer: se nós não podemos discutir isto, estamos aqui a fazer o quê? Não reduzam a importância deste Órgão, que pode ser grande, no meio de interpretações jurídicas mal feitas. Têm que ser mal feitas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Não sei quem é que vem mal preparado.

Eu gostava é que o Senhor me dissesse era em que alínea do regimento, ou da Lei, se baseia para dizer que este Órgão tem competência para propôr este ponto, inclusivamente, com cronogramas, quando é que a Câmara deve fazer, quando é que a Câmara deve apresentar à Assembleia. Não me parece que isso seja uma Recomendação à Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Parece-me que, esta Assembleia, o que iria fazer era dizer à Câmara que tem que fazer isto e nestes prazos. É isto que se lê na sua exposição. Portanto, não é Carregal do Sal, nem é Mangualde, nem é mais nada. É em Nelas. Estamos a falar em Nelas. E se me disser, no Regimento da Assembleia, no ponto 2, ou ponto 2-A, que são as competências da Assembleia, está isso, ou na Lei está algum ponto que nos permita obrigar a Câmara, porque são os termos em que o requerimento vem feito. Mas não, não está recomendado, o mal é esse, recomendar pode, mas não é isso que está. É mandar a Câmara fazer e tem prazos a cumprir. Isso é o que eu não vejo. E se me disser onde é que está, para mim, tudo bem. Agora, é isto que eu lhe peço, mais nada.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Boa noite, Senhor Presidente.

Boa noite a todos os presentes.

Relativamente a isto, o que aqui está é: Proposta de deliberação para a instituição de um Orçamento, diga-se, e repita-se para a instituição de um Orçamento, deliberação para a instituição de um Orçamento.

Não é competência da Assembleia Municipal deliberar para constituições de orçamentos. Daqui a pouco estamos aqui a deliberar a constituição de um orçamento para compor a calçada da Rua não sei quantos. Não pode ser. Não é da sua competência.

Por isso, Senhor Deputado, se acha que é competência da Assembleia deliberar sobre instituição de um orçamento, diga lá qual é o artigo que o permite.

O Senhor é que está a fazer uma interpretação abusiva e está-nos a fazer aqui a nós de chés-chés, mas não somos. Instituição de um Orçamento não cabe nas competências da Assembleia.

Por isso, e isto é como dizem os alentejanos: “papeira é papeira, inchaço é inchaço”. Cada um no seu lugar. Por isso, pode fazer uma recomendação para fazer uma deliberação à Câmara para proceder a um orçamento participativo, sim senhor. Se fizer proposta de recomendação, eu acompanharei, pessoalmente. Penso que o resto da bancada também.

Mas é uma Recomendação da instituição e o Senhor quer deliberar sobre uma instituição. Eu sei que isto dá muito jeito para ir para os jornais, para o facebook, e para as suas cenas, que já meteu isto tudo nos jornais e não sei aonde, e no facebook, e não sei quê e depois os malandros do PS não quiseram porque nós somos pelos pobres. Esse populismo barato já passou.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Ó Senhor Presidente. Duas notas muito breves para poupar a Assembleia.

Como toda a gente com mediano entendimento percebeu, o que está em causa é uma deliberação/recomendação. Por isso, onde está deliberação, leia-se recomendação. Toda a gente percebeu. O Senhor Deputado Sousa não percebeu. Eu lamento, mas compreendo a sua limitação. Compreendo a sua limitação. Ouça, estou solidário consigo, como estava com a nossa proposta, estou solidário consigo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre populismo barato, ó Senhor Deputado, eu não vou argumentar consigo porque é um catedrático. Eu sou uma pessoa humilde, sou uma pessoa humilde e com um catedrático não discuto.

Por isso, Senhor Presidente, onde está deliberação leia-se recomendação e se quiser simplificar o procedimento, que seja esta proposta apresentada no Período de Antes da Ordem do Dia para poupar tempo aos outros Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Se queria pôr recomendação teria posto, não teria posto deliberação. Portanto, eu não vou alterar o ponto neste momento. O ponto tal como está vou pô-lo à discussão.

Portanto, dentro da minha mediana interpretação é isso que vou tentar fazer.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Dentro da sua mediana inteligência, diz muito bem, porque não está cá recomendação escrito, nem se lê em lado nenhum. O Senhor quis aqui fazer a instituição de um orçamento, deliberação para a instituição de um orçamento e não está cá recomendação nenhuma. A mim não me interessa o que é que as pessoas podem pensar. É o que cá está. Eu não sou surdo não, nem sou burro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Então, vou pôr a inclusão deste ponto à votação e pergunto: quem vota contra? Onze votos contra. Quem se abstém? Uma abstenção. Quem vota a favor? Nove votos a favor.

Portanto, nós estamos presentes 23 porque, entretanto, chegou o Senhor Deputado Fernando Garcia. Portanto, não estão reunidos os $\frac{2}{3}$ necessários, nem metade. Portanto, o ponto é rejeitado.

Vamos, então, passar ao Período de Antes da Ordem do Dia com a discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de setembro de 2018.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém? Então, eu vou pôr à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Duas abstenções, porque não estiveram presentes, do Senhor António Figueiredo e do Senhor Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva. Portanto, duas abstenções e vinte e um votos a favor.

Passamos à Leitura do Expediente. Como, habitualmente, vou escusar-me de fazer a leitura do Expediente porque enviei a todos por escrito. A não ser que alguém queira algum esclarecimento.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 6505, datado de 28/09/2018, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de mais um assunto na Ordem do Dia da Assembleia Municipal, marcada para o dia 28 de setembro de 2018;

- Carta do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, com documentação anexa;

- E-mail, datado de 25 de outubro de 2018, do Senhor Deputado Manuel Alexandre Henriques – Pedido de informação – Estações CTT;

- DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais – Alerta precoce de desvios;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Membro da Assembleia Patrícia Alexandra Aires Leandro Afonso de Deus – Solicita suspensão do mandato no período compreendido entre 11 de novembro de 2018 e 08 de abril de 2019;

- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Envio de Infografia: “Prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica – 2018”;

- Ofício n.º 7924, datado de 03 de dezembro de 2018, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 16/2018, datado de 01 de outubro de 2018, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 28 de setembro de 2018;

- Membro da Assembleia Maria José Cabral – Solicita justificação de falta à sessão ordinária de 28 de setembro de 2018;

- Assembleia Municipal de Boticas – Apreciação de documento do Tribunal de Contas;

- E-mail, datado de 29 de outubro de 2018, enviado ao Senhor Deputado Manuel Alexandre Henriques, referente ao seu pedido de informação sobre as Estações dos CTT;

- Ofício n.º 17/2018, datado de 23 de novembro de 2018, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 14 de dezembro de 2018;

- Ofício n.º 18/2018, datado de 28 de novembro de 2018, enviado à Ex.m.ª Senhora Mariana Borges Pais, convocando-a para integrar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desta Assembleia Municipal, em virtude da Senhora Patrícia Alexandra Aires Leandro Afonso de Deus ter solicitado a suspensão de mandato no período compreendido entre 11 de novembro de 2018 e 08 de abril de 2019.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Alguém quer usar da palavra? Se não, passamos ao ponto seguinte que é: Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, com interesse para o Município.

Eu pergunto: quem se quer inscrever neste ponto? Agradeço que quem quiser intervir neste ponto se inscreva de imediato porque depois só dou direito de resposta. Cinco Senhores Deputados inscritos. Manuel Henriques, João Alfredo, Teresa Pinto, Maria João Ribeiro e António Santos. Dividindo 30 minutos da primeira intervenção, que é metade do tempo a que temos direito no Período de Antes da Ordem do Dia pelos 5 deputados dá 6 minutos a cada um. Portanto, agradecia que, na primeira intervenção, não usassem mais do que estes 6 minutos. Está bem? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Alfredo.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Muito boa noite Senhores Digníssimos Membros da Mesa,
Digníssimos Deputados Municipais,
E Ex.mo Público.

O que trago aqui é uma Moção que vou passar a ler:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
Senhores Deputados Municipais.



MOÇÃO

Considerando que:

- Foi aprovado no Conselho de Ministros, de 25 de outubro de 2018, um conjunto de medidas que visam a reforma do sistema de proteção civil em Portugal, incidindo particularmente na Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);

- Foi confrontada a Liga de Bombeiros Portugueses com uma situação de facto consumado, não sendo esta ouvida, num diploma de primordial importância para os bombeiros, no âmbito da prevenção, defesa e socorro das populações;

- Com tal atitude, o governo revelou um total desrespeito nesta matéria pela Liga de Bombeiros Portugueses, em especial, e, mais concretamente pelas duas corporações do nosso concelho, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim;

- São os bombeiros, com a sua proximidade, a única instituição capaz de apoiar com proficiência as populações que servem, no âmbito do combate aos incêndios urbanos, rurais, no socorro, formação e assistência às populações;

- Na reforma da Proteção Civil os bombeiros, face à sua experiência, conhecimento e profissionalismo, devem ser enquadrados por um comando autónomo, com orçamento próprio, em paridade com os outros agentes de Proteção Civil.

Proponho que esta assembleia:

- Reconheça o papel dos bombeiros na defesa da vida e haveres da nossa população;

- Faça sentir ao Governo, através do Ministério da Administração Interna e, à Liga de Bombeiros Portugueses, da necessidade imperiosa de se retomarem de imediato as conversações, no sentido da criação da Direção Nacional de Bombeiros, autónoma e independente, com orçamento próprio, bem como do comando autónomo dos bombeiros, porque só assim serão defendidos os interesses da nossa população em particular, e, da sociedade portuguesa em geral;

- Desta Moção seja dado conhecimento ao Governo (Ministério da Administração Interna), Liga de Bombeiros Portugueses, Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nelas, e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim.

Nelas, 2018/dezembro/14

Moção apresentada pelo Deputado Municipal independente, eleito nas listas do CDS-PP (*João Alfredo Lopes Ferreira*), sendo também signatários os restantes Deputados Municipais eleitos nas listas do CDS-PP (*Manuel Alexandre Henriques, António Luís Santos, Maria José Figueiredo Paiva e Sousa Cabral e Bruno Santos Pina*).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem quer usar da palavra nesta moção? Maia Rodrigues? Faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Antes de mais dizer que nutro muito respeito pelos Bombeiros de Nelas, e de Canas de Senhorim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Referir que depois da polémica do Senhor Marta Soares, o Senhor Ministro enviou uma carta aos Bombeiros, creio eu, e, portanto, tenho uma notícia que diz que o Senhor Ministro vai reunir com a Liga na próxima terça-feira.

Assim sendo agradecia que, se sabe disso, ou não e, portanto, que expectativas tem disso. Ou menos, isso, por uma questão de podermos avaliar as questões.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra? Não.

Se não, eu passo, de imediato, a pôr à votação a moção e pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Portanto, irá ser enviada às entidades referenciadas na mesma, o mais breve possível.

Passamos, então, ao Senhor Deputado António Luís. Faça favor.

O Senhor Deputado António Luís Santos:

- Ora, então, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes, de Junta,
Caríssimos Membros da Assembleia,
Ex.mo Público.

Como nem tudo é mau, eu começava esta minha pequena intervenção a dar nota do agrado com o novo visual do Largo da Estação e zonas adjacentes. Julgo que ficou um espaço prático, com zonas de estacionamento bem enquadradas e sobretudo, airoso. Deu uma nova vista àquela zona de Nelas.

A seguir, gostava, se fosse possível, de obter mais à frente, alguns esclarecimentos do Senhor Presidente do Município relativamente aqui a três, ou quatro pontos.

Começaria pela Variante de Nelas, que está a ficar com o piso, absolutamente, degradado, já foi falado noutras Assembleias, muito pelo fluxo de trânsito diário, sobretudo de pesados.

Sabemos não ser fácil, mas interrogava, ou pedia um esclarecimento, qual a previsão, tendo noção de que se trata de um projeto cofinanciado.

Há previsões? Qual a posição do Instituto de Estradas de Portugal e demais entidades envolvidas?

Uma segunda nota diz respeito à Estrada de Senhorim, encontra-se, absolutamente, degradada. Percebe-se que o SOS Buracos, pese embora todo o esforço demonstrado na resolução pontual de alguns casos, não pode chegar a tudo. Tapa buraco aqui. Abre buraco ali.

Portanto, está prevista alguma requalificação de fundo? Era a segunda interrogação.

Outra questão que nos preocupa é o Viaduto do comboio, ou o Vale Escuro, em Canas de Senhorim. A estrutura está a aparecer com algumas fissuras, mas convém saber se há algumas démarches sobre essa questão, sabendo também que envolve a REFER como proprietária do Viaduto. Convém prevenir antes que haja alguma desgraça.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passava para Vilar Seco. Sendo Vilar Seco uma localidade dividida pela Estrada Nacional n.º 231 talvez houvesse necessidade de colocação de passadeiras. O problema não é de agora. Eu sei que não, mas mais vale tarde do que nunca.

Acabava com a questão dos Valinhos. A Estrada Nacional n.º 234 é conhecida pela sua sinistralidade e a zona dos Valinhos não foge à regra.

Ultimamente, temos assistido, pelo menos quem passa por lá, a uma desmatção das zonas adjacentes. Gostaria apenas de saber, ou gostaríamos, se essa desmatção tem algo a ver com alguma futura mudança, ou se se trata apenas de algum problema de proprietários daquele espaço adjacente.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhora Deputada Teresa, faça favor.

A Senhora Deputada Teresa Pinto:

- Muito boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Deputados,

Estimado Público,

E Membros da Assembleia.

No seguimento do nosso Deputado Santos, eu venho aqui fazer um pedido de informação também sobre a Estrada Nacional n.º 234.

Na sessão de 28 de fevereiro de 2018, esta Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, uma moção reclamando do Governo e IP – Infraestruturas de Portugal intervenção estrutural na E.N. n.º 234 no troço entre Canas de Senhorim e Nelas.

O Executivo Municipal, na sua reunião de 28 de março de 2018, subscreveu essa mesma moção.

Na proposta das Grandes Opções do Plano de 2019 constam os seguintes projetos: correção das curvas de Valinhos; Rotunda da Urgeiriça, Protocolo IP, com despesa de 300.001,00 euros, com financiamento definido de 1,00 euro; Rotunda do Chão do Pisco/Borgstena, Protocolo IP, com despesa prevista de 150.001,00 euros, com financiamento definido de 1,00 euro.

Recentemente foram realizadas limpezas na faixa direita ascendente entre o Hotel Urgeiriça e a segunda curva de Valinhos.

Pelo exposto, requeremos ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara que esta Assembleia seja informada do seguinte:

1.º - da reação das entidades a quem foi remetida a mencionada moção, nomeadamente das Infraestruturas de Portugal;

2.º - sobre se a limpeza acima referida se insere em algum plano de intervenção no sentido do que se reivindica;

3.º - que diligências foram realizadas e/ou pensam dever ser realizadas para dar sequência às posições expressas pelas Assembleia Municipal e Câmara Municipal de Nelas nesta matéria.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhora Deputada Maria João faça favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Caros Colegas,
E Digníssimo Público.

Trazem-me aqui três temas em que gostaria de, tanto quanto possível, obter esclarecimentos hoje, ou quando os mesmos forem possíveis. Creio que alguns deles os são.

E, portanto, versam, um deles, o cargo de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara, do Gabinete de Educação.

Um projeto da CIM Viseu Dão Lafões, que é a sinalização turística de Viseu Dão Lafões.

E, ainda, o Parque Infantil junto à Escola EB.

Relativamente ao primeiro ponto, portanto, o cargo, relativamente ao cargo de Apoio ao Senhor Presidente, de facto, houve uma fundamentação do Senhor Presidente da Câmara que mereceu, de facto, a minha análise para perceber a justificação, a fundamentação, sobretudo, a necessidade.

E é sobre isso que me vou debruçar. E é sobre isso que vou deixar essa mesma análise.

A fundamentação que foi anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara em outubro passado para, como foi dito, nomeação e requisição de Docente para exercer funções de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal em matéria de Educação como Chefe de Gabinete.

Começamos pela divulgação do cargo em si.

Primeiro, anunciou-se Chefe de Gabinete, depois já não era Chefe de Gabinete. Não houve aqui precipitação? Pressa? O porquê desta situação?

Já agora e, atualmente, qual é, exatamente, e esta é uma das questões, a designação deste cargo que já está a ser exercido. Gostaríamos deste esclarecimento.

Passando para os considerandos propagados como justificativos da nomeação, isto, também, dados nessa fundamentação pelo Senhor Presidente da Câmara em outubro.

No primeiro, é-nos lembrado que cabe ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e cito, decidir sobre todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos Serviços Municipais. E isto sustentado pela referencia legislativa.

Concerteza, Senhor Presidente, não me parece que haja aqui alguma dúvida. Assim como não há dúvida também que qualquer ordenado auferido por esses recursos humanos faz parte do erário público.

Ora, assim sendo, toda a gestão e direção dos mesmos deverá ter por base a parcimónia nos gastos, procurando, por conseguinte manter equipas estáveis, sobretudo, competentes, a constituição de equipas de trabalho multidisciplinares, recorrendo aos meios existentes, a formação das pessoas que pode ser obtida por várias formas, incluindo a interna entre pares, por exemplo e entre outras tantas boas práticas de gestão de recursos humanos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nesta sequência, é sabido que a Câmara Municipal de Nelas, muito recentemente, sofreu alguns reveses. A destituição, ainda que legítima, de um Membro, não é compreendida, já que a experiência nas funções remonta a muitos mandatos, transversal a vários Executivos, sendo o último, o deste Executivo, e perfazendo, assim, um conhecimento mútuo de 5 anos.

Antes, a desistência de uma Senhora Vereadora que, pese embora, as razões transmitidas que sobejam à sua saída das funções executivas serem, lamentavelmente e uma priorização de interesses pessoais, de facto, é que a sua competência era conhecida e foi reconhecida. Não será surpreendente esperar que o legado tenha ficado.

Sendo a Educação, aqui em apreço, um dos pelouros, certamente, na equipa de trabalho haveria competências que permitissem assessorar um responsável escolhido por exemplo, entre a Vereação restante. Porque não? É conhecido o contacto profissional no setor de um dos Vereadores atuais e a tempo inteiro.

No mesmo considerando ainda se alude à complexidade crescente da gestão municipal decorrente da autonomia administrativa e financeira do Município em 3 de agosto de 2017. Ora, dito assim, até se pode interpretar uma boa conquista como uma fatalidade.

Todos os projetos que a autonomia financeira permitiu estarão a decorrer, ou irão decorrer, de uma forma lenta, é certo, mas justifica-se o aumento da estrutura da Câmara, ainda por cima para uma área que nada tem a ver com os projetos em curso?

No considerando n.º 2 da mesma fundamentação é mais do mesmo. Justifica-se que a atual equipa a tempo inteiro está ocupada com toda uma enumeração de projetos mas que se saiba, estes dizem respeito a obras de construção, no seu essencial, ou no essencial, a serem levadas a cabo por empresas externas, que sim, necessitam de gestores de obras em representação do dono da mesma, como é a Câmara. Mas, então, pergunta-se: entre os Funcionários da Câmara, incluindo Chefes de Divisão, dois Vereadores a tempo inteiro, dois Adjuntos, cargos com remunerações que tem que justificar vasto e bom desempenho, não seriam os mesmos suficientes?

No terceiro considerando refere e cito: o propósito fundamental: proceder a um amplo processo de descentralização de competências nas Autarquias e também no Município de Nelas em diversas áreas, particularmente, na área da Educação, etc. Pois aqui, confesso a minha relutância pessoal nas transferências de competências da governação central para a local, não porque seja contra a descentralização, de modo algum, a fundamentação da proximidade, compreendo-a. Receio é que a reduzida dimensão das Autarquias, na generalidade, para se impor e gerir eventuais grupos de interesses.

Haver também transferências de verbas da Administração Central para também haver responsabilidades adstritas às Autarquias. Espero que não se venha a tratar de processos de desresponsabilização em que perante casos graves o Governo sacuda a água do capote, como está a acontecer, presentemente e está a acontecer em Borba.

A verdade é que aqui em Assembleia Municipal, no passado mês de setembro, se propôs a retirada de uma moção do Grupo Parlamentar do CDS por ser extemporânea, uma vez que ainda não havia a aprovação dos diplomas sectoriais, mas eis que 21 dias depois dessa Assembleia já se justifica a entrada de um responsável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

para a Câmara como uma das áreas cujo diploma, pasme-se, foi aprovado em 08 de novembro de 2018, coincidência entre estas datas, portanto, 21 dias depois após a decisão do Senhor Presidente que referiu um vasto pacote de diplomas aprovados, mau grado, o que mais lhe interessava não ser um deles.

Mais. No mesmo diploma, o da Educação, portanto, é referido que os Municípios terão até março do próximo ano acesso aos valores a serem transferidos, para que se possam pronunciar sobre se aceitam, ou não, competências já para o próximo ano letivo 2019/2020. Mais recentemente soube-se que o artigo que regulava o financiamento para transferir os meios necessários às Câmaras Municipais foi chumbado no Orçamento de Estado para 2019.

Como quarto considerando, a saída da Senhora Dr.^a Sofia Relvas. Já aqui foi abordada, portanto, esta questão da saída, acrescentando só que estou de acordo com o Senhor Presidente quando refere que todos desejamos que a Senhora Dr.^a Sofia Relvas continue a lutar e novamente cito: pelo progresso e bem-estar das nossas comunidades e fortalecer a unidade interna e afirmação regional e nacional do nosso Município. Reforço que a própria o afirmou na última Assembleia Municipal quando justificou a sua saída enquanto Executiva.

Mais. Mantendo-se o seu compromisso enquanto Vereadora em não permanência, certamente estará disponível para os seus préstimos, se assim for solicitada, num pelouro que liderou e que tão bem conhecerá, ou seja, conhecimento e apoio não faltariam para uma estrutura para a Educação criada dentro dos recursos existentes.

Em suma e pelo exposto, não vejo justificada a nomeação e requisição de Docente para exercer funções de Apoio ao Senhor Presidente da Câmara Municipal em matéria de Educação, como anunciado.

Quanto à pessoa em questão, a escolha pessoal do Senhor Presidente da Câmara, que em boa hora o reforçou, não é irrelevante a displicência de tantos que, com ele, bateram ruas na última campanha, mostrando o seu apoio naquele e naquilo que ainda era uma aposta e só depois de saberem da vontade dos Municípios e cito: esmagadoramente expressa nas últimas eleições autárquicas, como o escolhido fez saber, pessoa que concorreu a Presidente de Junta ainda em nome de um Movimento de divisão do Concelho.

Por este cargo há um reparo que não posso deixar de fazer. Também na última Assembleia Municipal, de uma participação do Público, do Municípe Senhor Arlindo Duarte, ficou uma reflexão no facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim nunca ter marcado presença nas Assembleias Municipais havidas neste mandato.

Termino com uma última questão: o cargo foi aceite como uma missão desafiante? Mas que até a experiência da pessoa em questão nada referiu quanto ao projeto em si. Pergunto: a que se propõe? Quais as mais-valias e melhorias que, enquanto Municípios, poderemos esperar e o mesmo tem para concretizar por tanto entusiasmo a ocorrer ao lugar?

A fasquia é elevada e pelo interesse de todos, votos de boa sorte no desempenho do cargo, qualquer que seja o título do mesmo.

Bom, falava-vos, então, aqui no projeto da CIM Dão Lafões e que tem a sinalização turística de Viseu Dão Lafões. Isto também é para conhecimento, também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

estou aqui a alargar-me um bocadinho porque acho que estamos a falar da CIM Dão Lafões que é interesse, portanto, deste Concelho que também está inserido.

Portanto, no âmbito do período de programação do 2020, a Comunidade Intermunicipal informou ter considerado de extrema importância aumentar a atratividade da Região Viseu Dão Lafões e a sua dinamização económica, tornando-a num destino turístico de excelência com vista à diminuição de assimetrias e reforço da coesão territorial.

Assim, entendeu tornar-se necessário apostar na valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património naturais, promovendo a proteção, promoção e desenvolvimento dos mesmos enquanto instrumentos de diferenciação e competitividade deste território.

Posto isto e de forma a conseguir uma visita turística de qualidade, conforme disse, considerou-se fundamental melhorar a sinalização de diversos recursos naturais com vista a facilitar o acesso, a fruição turística e o desenvolvimento turístico regional de Viseu Dão Lafões.

Neste sentido e no âmbito dos investimentos contemplados, viu aprovados pelo Programa 2020 projetos onde se enquadra esta sinalização turística.

Estes projetos têm como objetivo fomentar e auxiliar a descoberta, orientação e interpretação do visitante e do turista para a Região Viseu Dão Lafões tendo em vista o aumento do número de visitantes, associado a um aumento turístico e do seu tempo de estadia. Assim justifica.

Em agosto passado foi lavrado o respetivo auto de consignação, marcando, assim, o arranque da execução da referida empreitada, a qual se perspetiva que seja concluída no decurso do ano de 2019.

De referir que a execução desta empreitada irá permitir intervir no total de, aproximadamente 40 percursos de natureza, localizados nos 14 Municípios da CIM.

Salienta ainda a divulgação e promoção de percursos intervencionados, que serão efetuados em estreita articulação com o Turismo Centro de Portugal.

A questão é, uma vez que o levantamento de necessidades, Senhor Presidente, foi dos próprios Municípios, pergunta-se: o que é que, exatamente, está previsto para o nosso Concelho? Quais as zonas e locais a identificar e como vai ser feito, portanto, este projeto já para 2019?

Só mais uma pequena informação sobre isto. Gostaria, entretanto, de informar que, como é conhecido, existe a Ciclovía do Dão e está aprovada, no âmbito também da CIM, a Ciclovía do Vouga, que vai ser uma realidade dentro em breve.

Será que poderemos, no futuro, esperar algo para o Mondego que nos ladeia e tão importante seria para a dinamização da Felgueira? Fica a questão e a pensar, certamente, futuramente.

E, para terminar, Parque Infantil junto à EB, para quando, já que não se concretizou aquilo que foi aqui prometido na última Assembleia, até final de outubro?

Tenho dito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado Manuel Henriques faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhores da Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Vou começar por apresentar uma Recomendação de deliberação à Assembleia. Já não uma proposta, respeitando a decisão do Plenário, mas uma Recomendação para instituição do Orçamento participativo.

E, vou começar por ler:

Exposição de motivos

Um Orçamento Participativo é um mecanismo de democracia participativa, que dá aos cidadãos o poder de decidirem como devem ser investidas verbas dos orçamentos públicos, onde se inclui o orçamento municipal.

Entende o CDS-PP que a experiência já havida em outros municípios portugueses, bem como a vontade manifestada por várias forças políticas do concelho de Nelas na campanha eleitoral que antecedeu as eleições autárquicas de 01/10/2017, obrigam esta Assembleia a acelerar este processo político, alargando a participação dos cidadãos.

De igual forma, é negativo, num concelho como o de Nelas, que os cidadãos sejam privados desta forma de participação democrática.

Diria eu, também é negativo que este Concelho promova uma prática antiquada, uma prática não democrática, de um certo rejuvenescimento dos antigos Regedores de Paróquia, agora sobre uma forma pretensamente mais democrática, mas de um certo caciquismo que parece que é aceite e até promovido neste Concelho ao nível do seu Pessoal Político. Estou a falar no Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim

No contexto específico do Concelho de Nelas, onde inclusive algumas populações têm historicamente capital de queixa, reclamando da pouca participação ou atenção por parte dos órgãos municipais, a instituição do Orçamento Participativo permitirá reforçar a ligação entre a autarquia e os cidadãos e, com isso, reforçar os mecanismos de transparência e de credibilidade da administração local, bem como, em consequência, aperfeiçoar a qualidade da própria democracia local.

Considerando que, nos termos do artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa, “todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos”, e atendendo a que o Orçamento Participativo é um instrumento e um símbolo da cidadania participativa, que contribui para a participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil na decisão sobre a afetação dos recursos disponíveis e para a adequação das políticas públicas municipais, o CDS/PP vem com muito gosto propor que a Assembleia aprove uma Recomendação à Câmara Municipal de Nelas para que institua um Orçamento Participativo, nos termos explicitados na exposição de motivos.

Vou propor que seja votada esta proposta de Recomendação depois da minha intervenção ter terminado no Período de Antes da Ordem do Dia.

Relativamente aos outros pontos que, sumariamente, queria falar, primeiro agradeço à Senhora Eng.ª Maria João que, de facto, com muito maior assertividade e muito maior rigor, expôs alguns dos pontos que eu queria pôr, porque eu, vou-me abster e, pelo menos, ser mais sintético.

Era muito importante, fruto do que se discutiu aqui, na Assembleia de setembro, perceber qual o envolvimento da Câmara Municipal na questão da descentralização, particularmente, pelo seguinte: como alertávamos naquela nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

moção que não foi votada e não foi votada porque entendemos que também não deveria ser, concordámos com o Plenário, perceber se estão verificadas, isto no entender do Senhor Presidente da Câmara Municipais, as tais condições para as mesmas competências serem, ou não, aceites. O que, pelo que se vê e lê País fora, está longe de ser uma realidade.

Por outro lado, também queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, depois da inauguração da Escola Primária de Vilar Seco, obra, recorde-se, iniciada há mais de um ano, com grande qualidade, é certo, mas se é suposto uma pequena obra, que, por vezes, é uma pequena obra estar mais de um ano para ser realizada?

Eu, parece-me uma coisa bastante irrealista e bastante mal planeada e quem arrasta uma obra um ano vai gastar mais, de certeza, do erário público. Mas o Senhor Presidente poderá explicar o porquê deste atraso, mas, de facto, não são as populações que são bem servidas porque, podendo o Município realizar uma empreitada, inclusivamente de interesse público, inclusivamente, em período nocturno, não se percebe, efetivamente, como é que esta obra demora uma eternidade.

Depois, também gostava de ter informações do Senhor Presidente da Câmara sobre a política de cemitérios. Percebe-se que algumas ideias devem ter sido abandonadas, por exemplo a proposta de alargamento do cemitério de Canas de Senhorim num sítio muito desadequado, na minha opinião, parece que caiu. Se caiu, parece-me que caiu bem, mas gostava de perceber se o Senhor Presidente me pode dizer alguma coisa e também sobre a situação de outros processos, inclusivamente, o de Vilar Seco.

Depois, queria também questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre um assunto que a Senhora Eng.^a Maria João referiu. Não vamos fugir ao tema. Eu, se calhar, vou ser mais assertivo politicamente, não me leve a mal, relativamente ao Senhor Professor Luís Pinheiro e a primeira pergunta que eu coloco e estou à vontade para falar porque sou amigo dele. Sou amigo dele, era amigo do pai dele, vejam bem, ser amigo do pai dele.

Gostava de perguntar ao Senhor Presidente se, como máximo representante político deste Concelho, entende que é lícito um Presidente de Junta acumular uma função política no Executivo da Câmara Municipal, no Executivo como apoio ao Executivo?

É assim: como é que defende as populações? à segunda, quarta e sexta é o braço direito e à terça e quinta vem reivindicar? Isto é a negação da política em si. É a negação da política em si, inqualificável politicamente, esta situação.

Nem sequer preciso de tecer comentários sobre o percurso político do Senhor Professor Luís Pinheiro. Todos o conhecem. Eu, como lhe digo, embora, penso que o projeto político que ele tem abraçado está bastante desfasado há muito tempo, há mais de uma década, entendo, contudo, em que ele se tem mantido e tem recebido a escolha da população. Mas importa dizer que, parece-me muita habilidade, muito amiguismo e parece-me que o interesse do Concelho não é defendido com esta nomeação, salvo melhor opinião.

Por outro lado, e já que ninguém aqui o faz, eu vou fazê-lo. Eu lamento o desrespeito, o desrespeito aos eleitores do Partido Socialista. Eu sou da Freguesia de Canas de Senhorim e nunca fui eleitor do Partido Socialista, mas posso testemunhar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

bravura de alguns militantes, está aqui um ao meu lado esquerdo, o Senhor Aires dos Santos, que eleição, após eleição, maltratados, injuriados, iam a votos porque entendiam que aquele era o caminho e eu estou a dizer, eu nunca votei no Partido Socialista em Canas de Senhorim, estou à vontade para o fazer, mas eram pessoas que eu reconhecia a dignidade e a defesa dos interesses das populações daquilo que lhe parecia melhor.

E eis que o Partido Socialista rasga a sua história local de um dia para o outro e vem trazer o Senhor Professor Luís Pinheiro para o Executivo Camarário.

É assim: eu percebo que o Partido Socialista se anule e anulou-se. Neste momento, o Partido Socialista não existe, meus Senhores, e os Senhores Autarcas das Freguesias sabem isso melhor do que eu porque, efetivamente, apagou-se. Neste momento é um Partido de amigos, é um Partido de amigos e conhecidos, pessoas que se dão bem, mas que hoje estão no PSD, amanhã estão no PS, porventura, se calhar, ainda vamos ver o Senhor Presidente como candidato do Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim. Não sei. Vamos ver. Isto, hoje, tudo é possível. Nada de fiável, nada de concreto existe aqui para futuro.

Por isso, o que eu posso dizer como eleito do CDS Partido Popular é que esta nomeação não é uma nomeação politicamente séria, nem parece tão pouco, tecnicamente, seja adequada por tudo aquilo que disse anteriormente.

É esta a minha intervenção, Senhor Presidente. Peço desculpa se me alonguei. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Pode-me dar a Recomendação, se faz favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Posso é relê-la, porque estive a improvisar o texto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É o texto que está aqui com algumas alterações, não é?

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Basicamente, se quiser votar o primeiro ponto apenas. Eu, depois mando-lhe o texto final que é a Recomendação à Câmara Municipal de Nelas para instituir um Orçamento Participativo nos termos que foram citados na exposição de motivos. Eu, depois mando-lhe o texto final.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, vou pôr a moção apresentada à discussão, com alteração do ponto de deliberação para Recomendação. Afinal, parece que quem vinha mal preparado não era o Presidente da Assembleia. E, pergunto: quem quer usar da palavra neste ponto? Sousa? Faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- É só para dizer que vamos votar favoravelmente a Recomendação porque é assim que tinha que ser. E, afinal tinha razão também. Afinal, não sou tão burro como isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. A moção apresentada pelo Senhor Deputado Manuel Henriques sobre uma Recomendação para que a Câmara institua o Orçamento Participativo, é posta à votação e pergunto: quem vota contra? Quem se abstêm?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Aprovado por unanimidade, neste momento com 24 votos porque, entretanto, chegou o Senhor Presidente da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, José Carlos da Silva Moreira. Portanto, 24 Membros presentes neste momento.

Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor. Já é resposta e não uma intervenção de fundo. Três minutos no máximo.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- É resposta. Obrigado.

É resposta a umas insinuações. Mas, brevemente, porque eu sei que no Concelho de Nelas está tudo muito aflito porque queriam ver as coisas como as formiguinhas já todas a mexer.

Mas, o Partido Socialista, em Nelas, discute as suas divergências internamente, em primeiro lugar, e existe. Evidentemente, temos direito a participar, enfim, a manifestar opiniões pessoais e temo-lo feito e a questão não está encerrada, a questão não está encerrada.

Agora, não discutimos a vida do Partido na rua. Eu sei que queriam isso no facebook. Que chatice. Ou nos jornais. Mas os jornais, a seu tempo, saberão das notícias e divulgá-las-ão.

Não vamos nós na política estar a fazer isso porque não há nada mais triste, não há nada mais triste que é, por exemplo, vemos como é que na Assembleia da República um Partido, enfim, anda às esturras com o seu Presidente. É triste e é feio. É triste e é feio. Certo.

Eu tomei posição, portanto, estou à vontade. Mas tomei posição em título individual e o Partido não tomou posição. E separamos e separamos porque sabemos que, enfim, como disse, muitos passam pelo Partido, mas nós sabemos que nós é que temos que fechar a porta e, portanto, nós é que temos que segurar as coisas e manter a continuidade do Partido.

Mas não fazemos as coisas porque gostamos, ou não gostamos das pessoas. E, já agora aproveite, tantas recomendações sobre a utilidade e é tão amigo do homem, é pá, não vinha para aqui com isso, perguntava-lhe qual a utilidade que ele acha no cargo, não é? Não nos venha perguntar a nós, ou insinuar. Enfim, é tão amigo do homem e do pai e tem tanto respeito aqui pelo Aires e por nós e eu não tenho razões de desrespeito, não estou a ironizar, mas só em certa medida, só em certa medida.

Mas, de qualquer das formas, porque é que não põe a questão ao homem? Se há alguma coisa inútil no cargo, a pessoa que vai assumir o cargo tem que dizer. Se, de facto, o conhece tão bem, pergunte-lhe. Pode ser que ele lhe diga alguma coisa mais a si.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Defesa da honra? Bem, vá lá, defenda lá a honra num minuto. Eu não vi honra nenhuma afetada, mas, pronto. O meu conceito de honra é um bocado diferente.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Ó Senhor Presidente, eu venho aqui defender a minha honra, mas, sobretudo, a do Senhor Deputado Maia Rodrigues que, eu penso que foi vítima de uma infâmia porque na edição do único jornal local Centro de Notícias Nelas, Carregal do Sal, foi publicada uma declaração do Senhor Maia Rodrigues e eu penso que deve ter sido obtida ilicitamente, em que ele, no fundo, referia e eu digo isto porque é chocante,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

que Borges da Silva ao nomear Luis Pinheiro terá tido um espasmo cerebral, ou um AIT.

Eu digo-lhe, Senhor Presidente, participe deste ato às autoridades porque Maia Rodrigues deve ter sido, digamos, violada a sua privacidade, os seus e-mails, alguma coisa, porque isto vai cair na imprensa. Eu, de facto, estou muito indignado e solidário com o Senhor Deputado Maia Rodrigues.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Uma vez que não há mais ninguém do Plenário inscrito, eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer prestar algumas informações. Senhor Presidente, faça favor. Agradecia-lhe que fosse breve, o mais possível, está bem?

O Senhor Presidente da Câmara, José Manuel Borges da Silva:

- Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia,
a Mesa da Assembleia,
os Senhores Vereadores,
os Senhores Membros da Assembleia Municipal,
e todos os presentes.

Relativamente às questões que colocaram, aos pedidos de esclarecimentos, referir o seguinte: dizer ao Senhor Membro da Assembleia António Luís que a reabilitação urbana da Estação, bem como daquele Largo junto do Monumento dos Bombeiros e da Av.^a António Joaquim Henriques se insere no Plano das Ações de Reabilitação Urbana de Nelas que estão financiadas no Centro 2020 e cuja próxima ação será a apresentação, até ao final deste ano, da reabilitação do Cinetatro Municipal, que é ainda uma verba considerável FEDER que a Câmara de Nelas dispõe para reabilitação urbana.

Temos também a informação que, no âmbito da reprogramação deste Quadro Comunitário, PT 2020, vai haver mais 45 milhões de euros para os Agrupamentos Complementares, que é assim que é considerado o Concelho de Nelas e, portanto, vamos ver se reforçamos as verbas também para ações de reabilitação urbana e se conseguimos vencer a resistência que a CCDR tem manifestado relativamente à reabilitação urbana apenas na sede dos Municípios. Mas temos expetativas relativamente a essa questão.

Relativamente à Variante de Nelas e ao piso degradado tenho agendado, na sequência das deliberações da Assembleia Municipal, mas também de outras diligências da Câmara, a da apresentação de reclamações, inclusive, com orçamentos de medidas de remediação dos danos e das consequências nefastas que o intenso tráfego tem causado na rede rodoviária, particularmente na E. N. n.º 234 e também na Variante de Nelas, tendo já apresentado no Ministério das Infraestruturas, particularmente nas Infraestruturas de Portugal já reclamações a esse nível, inclusive orçamentadas.

Tivemos uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, no mês de novembro. No próximo dia 21, que é de hoje a 8 dias, tenho uma reunião com o Senhor Vice-Presidente das Infraestruturas de Portugal. Espero que já no âmbito da discussão do Quadro Financeiro para arranjar a Variante de Nelas, que a parte nova e a parte requalificada têm apenas 7 anos, 8 anos, é de 2010 e de 2011, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

que, naturalmente, não está preparada para tráfego intenso que sobre ela passa e estamos muito preocupados relativamente à Variante de Nelas. É mesmo uma emergência, não só local, mas também regional porque, entretanto, tenho a expectativa que de hoje a 8 dias haja um Quadro Financeiro que seja colocado ao Município de Nelas no sentido da reparação da Variante de Nelas.

A Estrada de Senhorim, presumo que estaria a falar, se calhar, mais na Estrada da Cagunça à Zona Industrial, ou se era a toda a Estrada de Senhorim, não sei. Sendo certo que também está, até ao fim do ano, aberto um Aviso, no âmbito do Fundo de Solidariedade Europeu dos incêndios florestais para remediação dos danos causados pelos incêndios florestais de 15 e 16 de outubro de 2017, onde troços das estradas afetadas de Senhorim, Nelas, Portela, Carvalhas, Vila Ruiva, Estrada da Cagunça, etc., são troços que estão identificados.

E é um procedimento que vai ser célere porque as obras terão que estar concluídas, segundo o Aviso, em junho que vem. Portanto, temos expectativas a esse nível, não só na Freguesia de Senhorim, mas também na Freguesia de Canas de Senhorim, particularmente na área muito afetada e desprotegida que está atualmente, que é entre Vale de Madeiros e as Caldas da Felgueira. E também alguns danos que foram causados na parte da zona de Moreira e Agueira.

Fissuras na estrutura em Canas de Senhorim na Passagem Inferior do Caminho-de-Ferro, já foi feita uma vistoria por parte dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal. O proprietário, também confinante com aquela infraestrutura, fez uma reclamação, quer à Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, quer à Câmara. Foi feita uma vistoria pelos Serviços, pela Comissão Especializada da Câmara Municipal. Foi feita, internamente, uma drenagem de águas pluviais e está para ser feita a receção, no exterior, dessas águas pluviais no sentido de diminuir a pressão sobre os muros de contenção e, portanto, a situação está a ser acompanhada devidamente.

A Estrada de Vilar Seco, a E.N. n.º 231 e as passadeiras, pronto, temos aqui este problema. Há ali limitações de velocidade, de facto, particularmente naquele alto, é extremamente perigoso, mas toda aquela zona sempre foi muito perigosa. Há limitação de 70 kms, agora de 50 kms na parte mais perigosa. Mas é uma Estrada Nacional.

E é uma questão que se vai colocar rapidamente e, portanto, falo já nisso porque há uma série de diplomas de delegação de competências, que foram publicados agora há poucos dias e estou a falar dos Decretos-Lei n.ºs 98/2018, 97/2018, 101/2018, 103/2018, 105/2018, 104/2018, 100/2018, 106/2018, 107/2018, 102/2018, 101/2018, 103/2018, 99/2018 e 104/2018, todos publicados em 27, 28 e 29 de novembro de 2018, um dos quais tem a ver com a transferência, para os Municípios, das infraestruturas rodoviárias e que os Órgãos Autárquicos, incluindo a Assembleia Municipal, que, certamente, vai ter que reunir extraordinariamente em janeiro porque faz parte dos diplomas que vêm sendo publicados que os Órgãos Autárquicos com competência deliberativa têm que comunicar se querem, ou não, a transferência dessas competências, uma delas é a propriedade, o domínio sobre as Estradas Nacionais consideradas existentes em zonas urbanas, que é esse caso.

Portanto, aquela Estrada permite construção de um lado e de outro, em termos de PDM. No âmbito do texto da lei aquela Estrada, se os Órgãos Autárquicos não se pronunciarem em sentido negativo, passa para a esfera municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, a lei está feita de maneira a que, se a Câmara e a Assembleia Municipal, nada disserem, só depois é que vai haver uma avaliação sobre as condições da estrada e vai ser estabelecido um quadro financeiro relativamente à transferência da dominianidade da Estrada. Mas será uma matéria que eu interpelava também os Senhores Membros da Assembleia Municipal para se irem preparando e informando devidamente sobre estes quadros legislativos. Na internet encontram, com facilidade, os diplomas das transferências de competências decorrentes da Lei n.º 50/2018 e os textos estão lá e vamos ter que nos pronunciar até final de janeiro, início de fevereiro, sobre se aceitamos, ou não, já em 2019, as transferências de competências em áreas que vão desde a Habitação, Proteção Civil, Rede Viária, Justiça e uma série de outras matérias, incluindo esta que é importante do ponto de vista dos recursos.

Na Zona dos Valinhos, aquilo é uma Estrada Nacional, aquela intervenção que foi lá feita de limpeza, foi a Câmara que a fez e a Câmara preparava-se também, no âmbito da limpeza de rede secundária, chamada rede secundária de proteção contra fogos florestais, naquela legislação em que se os gestores das vias, ou as pessoas obrigadas à limpeza o não fizessem, a Câmara teria que o fazer porque poderia fazê-lo. Nós notificámos as Infraestruturas de Portugal e começámos, de facto, a limpar, a fazer a limpeza daquela zona, dez metros para cada lado, é o que diz a lei. Havendo árvores pode ser até ao dobro da altura da árvore em largura da faixa de gestão de combustível, assim denominada.

Começámos a limpar aquilo e, portanto, as Infraestruturas de Portugal comprometeram-se a continuar a limpeza, porque se atrasou um concurso relativamente à limpeza, e a cortar aqueles cedros todos que estão a envolver a Estrada na Zona dos Valinhos, na curva e contracurva, a cortar os cedros todos, que têm sido eles, no essencial, motivo, quer pelo lixo e pela camada gelatinosa que deitam no pavimento, quer depois no despiste do embate que provoca nas árvores, os grandes causadores de consequência de maiores danos. Tenho o compromisso, por parte das Infraestruturas de Portugal, de remoção, também com a nossa ajuda, de toda aquela Zona e de diminuição das condições de visibilidade da Estrada.

Em relação à Senhora Deputada Teresa Pinto, já referenciei.

O que está nessa reunião do dia 21 é a rotunda da Borgstena, que está já feito o projeto inclusive na Câmara Municipal, com especialidades. É cortar as duas curvas dos Valinhos, na Zona dos Valinhos, também orçamentado e, é aqui a questão da valorização da Variante de Nelas.

Portanto, a limpeza, é essa a explicação. A Câmara começou a fazê-la e a melhorar, de facto e a tomar medidas. A limpeza de parte também da EDM já é notória. Mas, penso que dentro de um mês, dois meses, aquela Zona estará muito, muito melhorada.

Relativamente à questão do Parque Infantil do Areal que a Senhora Eng.ª Maria João pôs três questões. O Parque Infantil do Areal, decorre ainda o procedimento de contratação. Portanto, a verba disponível para melhoria de parques infantis, que nós queríamos que fossem também mistos, séniores também, que estão no âmbito duma contratação de empréstimo no limite do endividamento, que conta para o endividamento, que nós fizemos de 50.000,00 euros. Já temos dois orçamentos. Queríamos ver se teríamos o terceiro orçamento e, portanto, há um ligeiro atraso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

relativamente à requalificação não só deste Parque, como dos outros, que queríamos fazer de forma integrada. Proximamente, haverá notícias relativamente a isto.

Em relação à sinalização turística, este projeto está no terreno. No Município de Nelas vão ser três percursos pedestres e um Centro de BTT, um investimento a rondar os 130.000,00 euros. Os três percursos pedestres são: um das Caldas da Felgueira, um nos Moinhos e um em Santar. E, em colaboração, esse trabalho está a ser realizado já, limpeza dos percursos, que têm, no total, aproximadamente, 10 kms.

Portanto, as Juntas de Freguesia estão a colaborar também com a Câmara na limpeza dos percursos pedestres. As placas de sinalização numa empreitada da CIM Viseu Dão Lafões foram já adquiridas e estão a ser colocadas porque ainda hoje vi uma placa, vi fotografias, aliás. Vai sair até uma Nota no site da Câmara. Os percursos já foram marcados com tinta e já andaram equipas a sinalizá-los e a marcá-los.

E o Centro de BTT, que vai ter um Centro na Quinta da Cerca, vai ter diversos percursos no Município de Nelas, em cerca de 260 km. Anda já a ser marcado pela empreitada que referenciou. No Município de Nelas já está a ser feita a marcação da sinalização dos percursos de BTT. A expectativa é que a empreitada vai durar um ano, bem disse que é durante o ano de 2019. A expectativa é essa, ainda hoje à tarde tivemos uma reunião sobre isso, interna, na Câmara e, portanto, em setembro do próximo ano temos a expectativa de ter prontos os três percursos pedestres, devidamente sinalizados e o Centro de BTT em funcionamento.

Relativamente à questão da requisição do Senhor Professor Luis Pinheiro para ajudar na gestão de algumas matérias do Município, que também foi uma questão levantada pelo Senhor Dr. Manuel Henriques, considero, naturalmente, admito que a questão, não tanto a necessidade porque a equipa, anteriormente, já era constituída por igual número de Pessoal Político com esse encargo e, portanto, neste Orçamento que vem hoje aqui à Assembleia não há um incremento de custos com Pessoal Político, não tanto pela necessidade, mas mais pelo perfil da pessoa que foi nomeada, ou indicada por mim, no sentido de concretizar os objetivos.

Aquilo que o Senhor Professor Luis Pinheiro vai trazer para a Câmara é aquilo que consta dos compromissos eleitorais assumidos pelo Presidente de Câmara e pelos Autarcas e pelo Partido Socialista que foi sufragado em outubro de 2017. E, portanto, em todas as matérias que estão lá enunciadas, seja nas ambientais, seja na requalificação urbana, seja na Educação, seja na atração de investimento, em todas as matérias que estão lá elencadas, os objetivos, o que é para fazer durante, atualmente, o mandato, é isso.

O perfil, como referi, não é uma questão pacífica, não há que negá-lo, mesmo dentro de pessoas com grande importância no Partido Socialista e até no Partido Socialista local, todavia, considero que, no âmbito do Quadro de Gestão dos Recursos Humanos, que me cabe na Autarquia, eu tenho opinião, espero vir a ter oportunidade de demonstrar que a minha opinião é sustentada e é correta, considero, sem prejuízo de opinião diversa, que o Senhor Professor Luis Pinheiro, pela experiência que tem em matéria de gestão na área da Educação e também em matéria de gestão na área política, de intervenção política, na defesa de causas e a maneira como o faz, que, se for mobilizado, como já está a ser, na participação que tem tido na Câmara Municipal, num projeto de engrandecimento desta grande Comunidade que é o Município de



Nelas, eu creio que conseguirei, com mais profundidade, realizar, concretizar os objetivos que me propus e que foram sufragados nas últimas eleições autárquicas.

Portanto, eu considero que é um ativo que o Município de Nelas tem, um defensor de causas, que estive disponível para o colocar na defesa dessa causa para a qual estou responsabilizado e encarregue, que é fortalecer o Município de Nelas no contexto regional e no contexto nacional.

Ainda, relativamente à questão das ciclovias, só referir à Senhora Eng.^a Maria João, que as ciclovias que referiu, quer a Ciclovia de Santa Comba Dão – Viseu, quer a Ciclovia do Vouga, estão a ser construídas na antiga Linha Férrea que existia das linhas férreas. Não é o caso aqui do Mondego.

Seja como for, está aberto, neste momento, um Aviso que eu até tenho aqui também, que é um Aviso de Concurso, que foi publicado agora no dia 10/12/2018, que tem a ver com promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente, zonas urbanas, que inclui ciclovias, no chamado PAMUS, também da CIM Viseu Dão Lafões, onde nós temos identificadas algumas ciclovias e possibilidades de candidatura de investimento durante o ano de 2019.

Além disso, há um Plano Nacional de Ciclovias, já na preparação do PT 2030, onde nós também, Câmara Municipal, identificámos a necessidade aqui de uma ciclovia em termos de Sul do Distrito de Viseu, particularmente da ligação das zonas industriais, das zonas empresariais, Mangualde, as três de Nelas, três, quatro, Carregal do Sal, faria todo o sentido estar nesse Plano Nacional de Ciclovias.

Em relação à Escola Primária de Vilar Seco, foram lançados no verão de 2017 os procedimentos que permitiram lançar obras nas Escolas de Vilar Seco, Carvalhal Redondo e Santar, foi no verão de 2017. O prazo de execução da obra era um ano, para não colidir com o ano escolar. E eu concordo que, como foi o caso da de Vilar Seco em que veio cá a Senhora Secretária de Estado da Educação fazer a inauguração da requalificação da Escola, a de Carvalhal Redondo está a decorrer, houve uma reprogramação dos trabalhos e a de Santar vai também assim suceder durante mais algum tempo para não haver interferência com o ano escolar. E é verdade que são obras que demoraram demasiado tempo. Mas não por causa da execução das obras agora. Foi a ausência de obras que tiveram durante 20 anos, ou 30 anos e que já deviam estar feitas.

E, portanto, elas não estão atrasadas agora num ano que demoraram a executar, eram as condições precárias porque eu, quando cheguei a Presidente de Câmara havia tábuas arrancadas e buracos na Escola Primária de Santar, no soalho da Escola Primária de Santar. E, portanto, tem toda a razão, demoraram demasiado tempo a requalificação das Escolas Primárias. Vamos ver agora também se no reforço das verbas relativamente às Escolas Primárias se conseguimos fazer nalgumas Escolas de Canas de Senhorim, do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, para melhorar a rede escolar.

Quanto aos cemitérios, há também um financiamento que está destinado, exclusivamente para a questão dos cemitérios. E, portanto, vamos retomar, no início de 2019, os cemitérios que são, absolutamente, prioritários, Vilar Seco, Senhorim, Folhadal, com quem já chegámos a acordo com os proprietários, nomeadamente quanto à expansão do cemitério do Folhadal, que também é uma grande necessidade. E a construção do novo cemitério de Canas de Senhorim, que tem que ser também nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

próximos dois anos, no máximo, uma realidade por necessidade, mesmo por necessidade.

Eram estes esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Ora, com as informações do Senhor Presidente terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos entrar no Período da Ordem do Dia, também com a informação do Senhor Presidente.

Já foi enviada a informação escrita.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 29 de setembro de 2018 até à data de 11 de dezembro de 2018, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre projectos, obras e ambiente:

Nomeadamente:

- Reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Arranjos em vários cemitérios do Concelho;
- Pintura do cemitério de Senhorim;
- Pintura do cemitério de Carvalhal Redondo;
- Pintura dos 2 cemitérios de Nelas;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Manutenção e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Construção de vedação para criação de espaço a ceder temporariamente à empresa PSA, para colocação de várias viaturas automóveis;
- Continuação da execução do cadastro informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;
- Execução de passeios na Estrada Carvalhal Redondo / Santar;
- Continuação das obras da Etar III de Nelas;
- Continuação das obras do Sistema Intercetor, designadamente:
 - Repavimentação de vários troços que tinham sido alvo de intervenção na sequência desta obra;
 - Início da construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1A (Póvoa da Roçada);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Início da construção da Estação Elevatória EEAR Nelas 1 (antiga ETAR de Nelas 1);
- Início da construção da Estação Elevatória EEAR Norte 1 (na ZI, no terreno em frente à cooperativa dos olivicultores);
- Início da construção da Estação Elevatória EEAR Norte 2 (na ZI, no terreno perto da subestação da EDP);
- Início da construção da Estação Elevatória EEAR Sul (no terreno em frente à Borgstena);
- Continuação da abertura das valas para colocação da tubagem, nomeadamente na zona da Longra (estrada velha para Carvalhal Redondo)
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Santar I;
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Santar II;
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Moreira;
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR da Lapa do Lobo;
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Agueira/Carvalhal Redondo;
 - Continuação da empreitada para a construção da ETAR de Vilar Seco;
 - Prolongamento de ramais de água e saneamento;
 - Pintura da sinalização horizontal na Estrada Nacional 231 entre a saída de Nelas e a Póvoa da Roçada;
 - Reparação e colocação de diversa sinalização no concelho;
 - Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
 - Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas industriais da Ribeirinha, Chão do Pisco e Z. I. I de Nelas;
 - Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas urbanas em todas as Freguesias bem como na rede viária municipal;
 - Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público;
 - Aquisição de terrenos para ampliação das zonas industriais do concelho;
 - Requalificação da Av. António Joaquim Henriques, em Nelas, no âmbito da PARU;
 - Requalificação da Escola do 1º CEB de Carvalhal Redondo;
 - Requalificação da Escola do 1º CEB de Santar;
 - Inauguração das obras de requalificação da Escola do 1º CEB de Vilar Seco com a presença da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação;
 - Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
 - Inspeção da ponte sobre o Rio Mondego nas Caldas da Felgueira;
 - Diversas obras de manutenção no parque desportivo municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Apoio logístico e financeiro a todo o movimento associativo com cedência de transporte, montagem de palcos, bancas, iluminações, grades, durante os seus eventos;
 - Limpeza e terraplanagem de terrenos nas Zonas Industriais para constituição de lotes;
 - Cedência de lotes para ampliação e instalação de novas empresas;
 - Requalificação da Estrada da Orca em Vilar Seco (1.ª fase);
 - Colocação de abrigo para passageiros em Carvalhal Redondo;
 - Lançamento do procedimento das obras de regularização fluvial das áreas afetadas pelos incêndios florestais;
 - Lançamento do concurso do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água de Nelas (Grande Reservatório de Nelas);
 - Lançamento da ETAR de Saneamento da Ribeirinha, em Canas de Senhorim – Nascente;
 - Aprovação do CRO (Centro de Recolha Oficial Canil/Gatil).
- B) Informação sobre educação, cultura e desporto:
- Nomeadamente:
- Colaboração e apoio nas atividades organizadas pelo Movimento Associativo do Concelho, nomeadamente nas festividades religiosas e populares das freguesias do Concelho;
 - Festa do Ramo da Vindima, que decorreu nos dias 29 e 30 de setembro, em Santar;
 - Colaboração na organização do “2º Grande Prémio de Motocross Vinho do Dão” que se realizou em Vila Ruiva, no dia 30 de setembro;
 - Viagem Medieval de Canas de Senhorim 2018, que decorreu nos dias 05, 06 e 07 outubro de 2018;
 - Reunião de trabalho entre a Comissão Parlamentar de Ambiente, a Câmara Municipal de Nelas e Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, no dia 08 de outubro;
 - Recepção ao Sr. Primeiro Ministro Dr. António Costa no dia 10 de outubro, para assinar contrato de investimento com a Luso Finsa, no valor de 50 milhões de euros e criação de mais 51 postos de trabalho;
 - Recepção ao Sr. Presidente da República Prof. Marcelo Rebelo de Sousa no dia 16 de outubro, com visita ao Centro Escolar de Nelas;
 - Conferência “Os Jardins Históricos nas Rotas Turísticas” nos dias 18, 19 e 20 de outubro, que se realizou em Santar;
 - Comemorações do Dia Europeu do Enoturismo, 11 de novembro, com a visita a produtores de vinho afetados pelos incêndios de outubro de 2017, numa ação de sensibilização do Município para com estes produtores lesados.
 - Visita da Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dr.ª Alexandra Leitão, no dia 20 de novembro, aos Agrupamentos de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim.
 - Inauguração das obras de requalificação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Vilar Seco pela Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Dr.ª Alexandra Leitão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Organização das várias iniciativas englobadas no “Dão Natal 2018”, que se realizaram entre os dias 06 e 09 de dezembro, na Praça do Município e em todas as Freguesias do concelho, designadamente:
 - Espetáculo de circo para os alunos do Pré-Escolar, 1.º e 2.º CEB do Concelho, ao qual assistiram cerca de 1200 crianças;
 - Mercado de Natal;
 - “Christmas Night Run”;
 - Animação de rua e inauguração da iluminação em todas as Freguesias;
- Conferência “À Conversa com...” Joaquim Gomes, no Hotel da Urgeiriça;
- Desfolhada Tradicional e Recriação Histórica, em Vilar Seco;
- Colocação de sinalética nos Monumentos Megalíticos (2.ª fase);
- Inauguração do Circuito do Megalitismo do Concelho e visitas guiadas;
- Limpeza dos traçados e marcação dos Percursos Pedestres (Santar, Senhorim e Caldas da Felgueira);
- Início da instalação do Centro de BTT de Nelas;
- Visitas da Fundação do Inatel ao Município de Nelas;
- Exposição sobre o Património no Concelho, na Biblioteca Municipal de Nelas;
- Dia Europeu do Enoturismo;
- Coorganização na Conferência Megalitismo na Fundação da Lapa do Lobo;
- Património Azulejar das estações de Nelas e Canas-Felgueira, intervenção de restauro (em execução);
- Colaboração na organização do Centenário da Sociedade Musical Santo António - Carvalho Redondo;
- Início do Projeto “Voluntários de Leitura”, com início em outubro do corrente ano, envolvendo alunos do 1º CEB do Concelho, com manifesta necessidade de treino de leitura, a decorrer nos estabelecimentos de ensino e na Biblioteca Municipal de Nelas, aos Sábados à tarde, de acordo com a disponibilidade de voluntários.
- Início do Projeto “Livros Viajantes”, no mês de outubro, direcionado aos alunos do ensino pré-escolar e 1.º CEB do Concelho;
- Exposição Fotográfica “Olhares... pelo concelho de nelas” patente na Biblioteca Municipal, de 15/10 a 07/12.
- Colaboração da Biblioteca Municipal com a Universidade Sénior de Nelas, no Projeto “Leituras 100 Idade”, com o empréstimo de livros e dinamização de um Clube de Leitura, no âmbito da disciplina *Histórias de Vida, Vidas com História*”, uma vez por mês.
- Apresentação do livro “Forais Manuelinos de Senhorim, Canas de Senhorim e Aguieira”, de Jorge Adolfo Marques, na Biblioteca Municipal António Lobo Antunes, a 17/11.
- Sessão do Clube de Leitura da Biblioteca Municipal, a 26/10 subordinada ao autor *Almada Negreiros*.
- Colaboração com a Fundação Inatel, no Programa Turismo Sénior, com a apresentação de seis vídeos promocionais do Concelho e do Projeto “Oficina do Óscar” na Biblioteca Municipal, em outubro e novembro em 7 sessões.
- Início do Projeto de Leitura em Família, “Leitura a Par” em outubro, para alunos do ensino pré-escolar e do 1.º CEB.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2018/2019, com abertura a 1 de outubro 2018 e início das aulas da Escola Municipal de Natação, designadamente com natação (a partir dos três anos), hidroginástica, utilização livre (sem orientação técnica). À presente data estão inscritos 317 alunos nas aulas com orientação técnica.
- Participação pelo grupo de pré-competição da Escola Municipal de Natação em duas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação, uma em Mangualde outra em Tarouca, encontrando-se neste momento classificada em 3º lugar, num total de 19 escolas participantes;
- O projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Os Jardins Particulares do concelho (Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância “Girassol”, Escola João de Deus e Jardim-de-infância “Malmequer”) também estão incluídos, envolvendo 314 crianças;
- Início das aulas de natação (nas Piscinas Municipais Cobertas) e de actividade física (no Pavilhão Desportivo e no Centro Escolar), no âmbito da disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico;
- Prática da modalidade de natação proporcionada às crianças referenciadas pela Unidade de Ensino Estruturado com Perturbações do Espectro do Autismo, no âmbito do protocolo celebrado com o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim para o ano 2018/2019.

C) Informação sobre desenvolvimento social, emprego e saúde:

Nomeadamente:

- Celebração de 4 contratos de emprego inserção para apoio nos Agrupamentos de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim, nomeadamente, nas funções de auxiliares de cuidados de criança.
- Celebração de 19 contratos de trabalho a termo certo, a tempo parcial, para o desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular nas áreas do desporto, inglês, atividades lúdico-expressivas e expressão musical.
- Abertura de procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado para 1 posto de trabalho na carreira geral de técnico superior para os Serviços de Contabilidade da Unidade Orgânica de Finanças e Património Municipal, tendo sido o mesmo enviado para publicação em Diário da República.
- Celebração de 1 contrato de emprego inserção para apoio nos Serviços de Obras, nomeadamente, nas funções de Serralheiro Civil.
 - Celebração de contrato de prestação de serviço de assessoria na área da Engenharia Agronómica para o Gabinete de Proteção Civil, Técnico Florestal e de Apoio ao Agricultor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Instrução de 58 processos de incentivo à natalidade no decurso do corrente ano de 2018, sendo que, a instrução de 12 desses processos ocorreu no período de setembro de 2018 à presente data.
- Diversas actividades realizadas com e para a Universidade Sénior de Nelas, designadamente:
 - Participação do coro da USN na abertura do ano lectivo da Universidade Sénior de Tábua;
 - Sessão de abertura do ano lectivo 2018/2019;
 - Participação na 3.ª semana da saúde da Farmácia Faure;
 - Participação do coro da USN, em Cabanas de Viriato;
 - Sessão de informação sobre sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis na 3.ª idade;
 - Realização do magusto da Universidade Sénior;
 - Participação da USN no 6.º Congresso Regional sobre Envelhecimento Activo e Saudável, em Coimbra;
 - Sessão de sensibilização para a prática sobre alimentação saudável e equilibrada;
 - Sessão de informação sobre a importância da vacinação;
 - Sessão de informação sobre o tema “Quem avisa amigo é”, com a Associação Beira Amiga, de Viseu.

D) Informação do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação:

- Suporte aos utilizadores da rede informática do município de Nelas e escolas, no qual foram contabilizados com 46 pedidos de assistência informática através da plataforma de gestão de tickets (Não contabilizados os pedidos telefónicos e presenciais);
- Renovação de todo o parque de impressão;
- Implementação de um servidor de impressão com gestão de utilizadores por PIN;
- Aquisição e instalação da Plotter, para impressão de grandes formatos;
- Formação facultada a utentes da Universidade Sénior de Nelas;
- Reuniões de Projetos a decorrer, no âmbito da modernização administrativa, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;
- Atualização de aplicações do ERP Airc;
- Filmagens e Fotografias aéreas (Drone);
- Instalação do certificado SSL no site do Município de Nelas.

E) Informação sobre finanças e património municipal:

- Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 30 de novembro de 2018:
 - a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.775.382,27 €;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 1.576.474,96 €.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Parece-me que não há mais nada a acrescentar a não ser que o Senhor Presidente tenha alguma informação importante a dar. Tem?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Tenho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, faça favor. Agradecia que fosse breve, que não demorasse mais de cinco minutos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Enfatizava, particularmente, os investimentos que continuam na área ambiental, que têm levado grande parte dos recursos de investimento por parte do Município de Nelas. Estamos a falar de ETAR,s, de Sistemas Intercetores. Esperamos que, durante o primeiro semestre de 2019, a ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, bem como as ETAR,s, que já estão contratadas, estejam concluídas.

Dizer-vos que há aqui uma obra, dar essa informação também a todos os Membros da Assembleia Municipal, que me trouxe algo preocupado nos últimos tempos, que é a questão da Ponte sobre o Rio Mondego, nas Caldas da Felgueira, uma questão tão simples, que há pouco mais de um ano, um ano e pouco, descobri que a Ponte sobre o Rio Mondego é, exclusivamente, propriedade da Câmara Municipal de Nelas. Nem metade é da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, é toda da Câmara Municipal de Nelas, que foi aceite com uma desclassificação da Estrada Nacional n.º 231-2, que é aquela que vai de Santar às Caldas da Felgueira.

E, portanto, estávamos nós a tratar da inspeção quando houve estes incidentes agora em Borba em que caiu a estrada. E, pus-me a imaginar se não podia também cair, a Ponte das Caldas da Felgueira que é de 1898, tendo a irmã gémea dela já caído para aí há 20 anos, ou 25 anos, que é aquela entre Nelas e Seia.

Portanto, felizmente, há cerca de 8 dias, porque as Infraestruturas de Portugal não faziam a inspeção, ou não davam orçamento para fazer a inspeção, porque as empresas privadas também não faziam a inspeção, por isto, ou por aquilo, foi-se atrasando a inspeção. Depois ficou meia feita a inspeção. Na parte subaquática não conseguimos fazer a inspeção no dia em que lá foi feito o resto da inspeção.

Para mim era a parte mais importante porque a inspeção até fora de água toda a gente pode olhar para a Ponte e ver se ela está mais ou menos em condições, se bem que os Técnicos é que percebem dessas coisas e, só apenas há 8 dias, fruto de muita insistência, é que foi possível fazer uma inspeção subaquática aos pilares da Ponte sobre o Rio Mondego, nas Caldas da Felgueira.

E, portanto, enfatizava isto porque, pronto, às vezes assumimos um nível de responsabilidade de tal ordem que eu não podia deixar de ser considerado responsável, até por omissão, nesta questão, mal eu imaginava que, sendo Presidente de Câmara, era também responsável por uma Ponte de ligação entre dois Municípios, entre dois Distritos, do século XIX, uma Ponte do Século XIX.

Também referir que na inspeção subaquática que foi feita, não aparenta haver risco nenhum e, portanto, estamos à espera, a todo o momento do relatório para ver que medidas de minimização de algum risco possam ser implementadas.

Enfatizar aqui a questão de que está, neste momento, aberto o concurso do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água de Nelas, o grande Reservatório de Nelas, de 4.000 m³. As propostas serão abertas, creio que esta semana. Foram prorrogados os prazos por causa dos esclarecimentos técnicos.

É uma grande infraestrutura para todo o Município, cujo preço base do concurso é 1,5 milhões de euros estando financiado no âmbito do PO SEUR. E, portanto, temos grandes expetativas relativamente a essa obra que dará autonomia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

mais de 36 horas para abastecimento público de água evitando-se termos que andar sempre a cortar a água cada vez que rebentam tubos na Serra de Cabaços.

Foi também já lançado o procedimento de construção da ETAR da Ribeirinha. Está neste momento a decorrer o prazo para apresentação de propostas.

Enfatizar também que foi aprovado o Centro de Recolha Oficial Canil, Gatil, de 50.000,00 euros de apoio, que será construído, proximamente, nos primeiros meses do ano de 2019.

Os dois procedimentos que estão neste momento para assinatura de contrato, no âmbito ainda dos incêndios de 15 e 16 de outubro, que são as obras de requalificação fluvial das áreas afetadas pelos incêndios, e estamos a falar da limpeza nas Caldas da Felgueira, por exemplo, de toda a área ardida no leito da Ribeira da Pantanha, por exemplo e também no Rio Castelo.

E também lançámos agora, muito recentemente, um procedimento de consolidação de emergência que também tem a ver com a limpeza da rede primária, rede secundária, proteção contra incêndios.

Referir também que a Câmara de Nelas, por unanimidade, aprovou o auxílio às duas Corporações de Bombeiros do Concelho de Nelas na constituição de Equipas de Intervenção Permanente, as EIP,s, e, portanto, depois da contratação dos Profissionais, que deixam de ser Voluntários, passam a ser Profissionais, a partir desse momento cada um dos Corpos de Bombeiros de Nelas e de Canas de Senhorim vai passar a ter cinco Profissionais em permanência, um dele pode chefiar aquela Equipa, com uma remuneração superior, em termos salariais, a 600,00 euros e também o subsídio de alimentação e outros benefícios inerentes à prestação do serviço.

E todo este encargo será suportado, 50% pela Câmara Municipal e 50% pelo Governo através do ICNF. Nesta semana que vem também vão ser assinados os protocolos em Maceira, Concelho de Leiria e, a Câmara irá também, através da crescente profissionalização do Corpo de Bombeiros dar em matéria de proteção, uma excelente ajuda em matéria de proteção civil, que é uma matéria que de certeza, preocupa o Senhor Presidente da Câmara, não menos do que preocupa cada um de vós, estou certo disso.

Deixava aqui também a informação ao Senhor Presidente da Assembleia, também por sugestão dele, que a Câmara tem todo o gosto em apresentar, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, com a coordenação, com o apoio do Senhor Vereador Aires dos Santos, que foram coligidos, através de um Autor de Viseu os forais novos, os forais manuelinos de Senhorim, Canas de Senhorim e Agueira, em livro e que vão ser apresentados também amanhã em Canas de Senhorim.

E, portanto, tem a versão original e depois tem a tradução, que se pode ler. Queria dar a informação que estão disponíveis os livros também para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal poder também oferecer, para não se esquecer disso, aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, esta excelente obra que são os forais.

Portanto, quando acabar a reunião, ou se quiser o Senhor Presidente da Assembleia Municipal mandar distribuir os livros.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ora, então, enquanto o Senhor Jorge distribui os livros, vamos continuar com o ponto. É algum esclarecimento que quer pedir ao Senhor Presidente deste ponto? Faça favor. Agradeço que seja rápido.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,
Estimado Público.

Permitam-me só que faça um aparte nesta intervenção para desejar a todos um Bom Natal e um Próspero 2019 visto hoje ser a última Assembleia do ano, queria desejar-vos então Boas Festas.

Depois queria solicitar um pedido de esclarecimento e ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara nos elucidou sobre a inspeção da ponte. Realmente na informação do Senhor Presidente vinha lá e realmente foi um dos pontos que queria destacar. De qualquer forma, já o fez e não perguntarei mais nada.

Depois, cedência de lotes para ampliação e instalação de novas empresas. Eu gostaria de saber quais são as novas empresas, que esta Assembleia soubesse quais são as novas empresas que vão receber lotes e que, realmente, quais são e quantas são.

Depois, a falta de iluminação na rua principal, eu não se foi de propósito, se foi um atraso da empresa de montagem de iluminação, mas a rua principal, desde a rotunda até, mais ou menos, à Auto Sá não tem iluminação. Todos os anos era uma das ruas principais, este ano, não sei porquê, não tem iluminação.

Depois, na informação do Senhor Presidente, mais uma vez falta a informação do prazo de pagamento a fornecedores. Sempre tínhamos esta informação e atualmente não temos. Eu não sei se a própria Câmara também não a tem, ou foi, por lapso, que não o redigiram nesse documento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente, quer dar algum esclarecimento? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Portanto, relativamente às novas empresas realço apenas, além da aquisição que temos feito de muitos hectares de terreno para cedência a empresas, quer a novas empresas, quer a empresas existentes e acredite, Senhor Deputado, que é uma atividade quase permanente da Câmara, uma preocupação nossa, de facto, a expansão das áreas de acolhimento empresarial e garantir às empresas instaladas e a novas empresas que tenham todas as condições para se instalar.

Enfatizo apenas que, neste momento, porque constitui uma grande preocupação nossa e empenhamento nosso que a unidade empresarial ligada à transformação do canábis, a ENDOPURE, que está à espera de licenciamento por parte do INFARMED, a todo o momento se instale. Há ali uma divergência se é necessária a licença de laboração primeiro para eles poderem passar a licença de transformação, se é primeiro necessário a licença de transformação para eles construírem as instalações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, temos grandes expectativas relativamente a essa unidade empresarial ligada à indústria farmacêutica para uma nova área de expansão empresarial de Nelas, em frente à Mota Engil.

E, temos também feito protocolos, contactos com outras empresas no sentido de ver concretizados, naquele prazo dos 3 anos que está sempre estabelecido em termos de escrituras concretização dos projetos de investimento que estão regulados.

Relativamente à questão do prazo de pagamento a fornecedores, já tenho dado nota disso, tem sido neste ano de ajustamento, de 2018, um ano em matéria de pagamentos a fornecedores e tesouraria, um ano de ajustamento em função do grande volume de investimentos que existe na Câmara, decorrentes de compromissos assumidos em contratos de investimento com o PO SEUR, com o Centro 2020 e com outros apoios.

A questão da redução da receita corrente, como a baixa do IMI e a expectativa relativamente à receita dos impostos próprios do Município e também com o enquadramento de Precários, que tem aumentado as despesas com Pessoal, a que temos feito ajustamento e, portanto, tem aumentado o prazo de pagamento a fornecedores.

Na prestação de contas, como é um prazo médio de pagamento a fornecedores, temos fornecedores que são, particularmente, aqueles cujas obras, que são essas obras decorrentes dos investimentos das ETAR,s e do Centro 2020 e das Escolas que estão a ser, praticamente, pagas a pronto, até porque há financiamento para o efeito, quer financiamento comunitário, quer financiamento bancário, e outros fornecedores, mercê deste jogo de tesouraria em que tem havido um ligeiro atraso relativamente àquilo que era, por exemplo, em 2017, o prazo de pagamento a fornecedores.

Mas, portanto, temos a expectativa de não reportar pagamentos em atraso à DGAL. Como sabem, estamos obrigados, as Câmaras estão obrigadas ao reporte dos prazos de pagamentos e, portanto, temos essa expectativa. Confesso-lhe que tem sido um exercício difícil de tesouraria conjugar todas estas variáveis e vai continuar a sê-lo, fruto do grande volume de investimento, como vão ver no Orçamento, que está previsto para 2019, e o ajustamento dos Serviços da Câmara na décalage entre o pagamento da fatura e a reclamação do pagamento às entidades financiadoras dessa mesma fatura nas obras financiadas.

E, a explicação da grande variabilidade do prazo de pagamento a fornecedores é essa de não vir na informação agora do Senhor Presidente da Câmara.

Em média, há pagamentos na Câmara, como digo, que estão a ser pagos de imediato, 15 dias, ou que estão a ser pagos a uma semana e há pagamentos que estão a ser pagos a 70, ou 80 dias. E, portanto, vamos ver no prazo médio, depois, de pagamentos a fornecedores, qual é o prazo médio de pagamento a fornecedores. É um prazo médio de pagamentos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Ora, passamos, então, ao ponto 2.2 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2019. Senhor Presidente, quer introduzir o ponto, ou ponho à discussão do Plenário?

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Eu, se me permite, relativamente a esta questão do Orçamento Municipal, que é isso que está em causa, eu deixava só aqui três, ou quatro notas rápidas e colocava-me à disposição para algum esclarecimento superveniente da decorrente intervenção de algum dos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Queria dizer que fizemos um esforço para que os Partidos, representados na Câmara e aqui na Assembleia, fossem ouvidos relativamente à construção do Orçamento Municipal. E, por isso, convidámos os Senhores Vereadores do PSD e do CDS e também os Senhores Membros do Movimento Coração do Dão, na Assembleia, no sentido de darem os seus contributos. Os que entenderam dar os contributos deram. E, portanto, estivemos disponíveis para essa possibilidade.

Também, naturalmente, ouvidos os Senhores Presidentes de Junta a quem cabe, como já foi dito também aqui na Assembleia e é evidente, defender o mandato e ter perspetivas do maior equilíbrio e desenvolvimento possível, a todos os níveis, na expectativa que os Municípios de Freguesia lhe colocaram nas mãos nas eleições.

A nossa preocupação, em termos orçamentais, tem sido sempre balizada em dois critérios: a necessidade das obras e que haja, e que se procure também algum equilíbrio em matéria de investimento em termos orçamentais nas Freguesias.

Deixar uma nota relativamente à totalidade do Orçamento, que a grande preocupação para 2019 é cumprir as obrigações decorrentes dos investimentos financiados no PO SEUR, como já referenciei há pouco. No primeiro semestre terão que estar concluídas uma série de infraestruturas que estão neste momento em construção.

E, também terão que estar iniciadas outras grandes infraestruturas, particularmente no domínio do PO SEUR, da sustentabilidade de recursos. Estou a falar de ambiente, onde estas obras estão a andar que são a ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, as ETAR,s da Lapa do Lobo, Aguieira/Carvalho Redondo, Moreira, Santar, Casal Sancho e Vilar Seco.

Estas obras, mais aquelas que estão em concurso, o grande reservatório de Nelas e a ETAR da Ribeirinha, portanto, tudo no Ciclo Urbano da Água, estamos a falar de investimentos de 7,8 milhões de euros que estão em causa.

Temos que iniciar, foi apresentado também ontem mais uma fase dos projetos da área de acolhimento empresarial em que temos 2,3 milhões de euros FEDER, ou seja, fundo perdido, para requalificação da Área de Acolhimento Empresarial I de Nelas e a construção de, pelo menos, 33 novos lotes e a requalificação de toda aquela Área de Acolhimento Empresarial, incluindo a interseção na E.N. n.º 234.

E, dizer que isto representa um esforço de investimento decorrente também, muito dele, cuja componente nacional está financiada no âmbito do BEI, em projetos de financiamento que foram já aprovados aqui por esta Câmara Municipal e, por isso, quer na estrutura da Receita de Capital, quer na estrutura do mapa de endividamento que têm à vossa disposição, o que lá está é a realização desse endividamento para a concretização dessas obras.

E, portanto, temos despesas de investimento a rondar os 60%. Se elas se concretizarem, como é expectativa, isto é apenas uma previsão. Portanto, um orçamento é uma previsão de receita e despesa. E, portanto, no total de previsão de receita e despesa, estamos a falar de um orçamento, praticamente, de 22 milhões de euros, muito mercê destas receitas de investimento financiadas em projetos do PT 2020 e



despesas correntes, sendo que há sempre este equilíbrio, que é necessário fazer. Também é de enfatizar este facto, o facto de termos maior receita corrente do que a despesa e, portanto, conseguimos manter a regra do equilíbrio orçamental destinando parte dessa receita para a amortização de médio e longo prazo dos empréstimos.

Portanto, o endividamento que nós temos previsto para o ano de 2019, onde podem ver já no mapa de endividamento uma redução visível no peso e, particularmente, no custo da dívida, na baixa dos juros, este ano foi reestruturada toda a dívida da Câmara Municipal. Como sabem, foi aprovado aqui também na Assembleia e, portanto, a concretizar-se este volume de investimento que aqui está previsto, este que está aqui nas Grandes Opções do Plano, portanto, nas GOP. A estrutura do mapa está mais simplificada porque tem todo o Orçamento, as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes, estão todas com projeto atribuído, está tudo, sequencialmente, com projeto atribuído.

A concretizarem-se estas obras, nos termos em que estão aqui previstas em termos orçamentais, o endividamento atingirá os 12,5 milhões de euros, a concretizar-se toda a despesa de investimento que está prevista aqui no Orçamento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, antes de passar a palavra para o Plenário, há aqui uma dúvida que eu tenho. Portanto, foi aprovada aqui uma Recomendação para instituir o Orçamento Participativo. E já vem aqui previsto no Orçamento um Orçamento Participativo por Freguesias no valor de 15.000,00 euros.

Isto será para as Autarquias que queiram instituir o Orçamento Participativo?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Está aqui, de facto, previsto nas Grandes Opções do Plano, o Orçamento Participativo.

Na rubrica 01 – Administração Geral, logo na parte inicial, nas páginas 4 e 5, das GOP, e, portanto, este Orçamento Participativo por Freguesias resultará depois de um Regulamento que, nos termos da Lei, nos termos do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, alínea k), que é – Competência da Câmara Municipal - Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município. Depois, a Assembleia Municipal é chamada a pronunciar-se sobre esses regulamentos, como é normal.

E, portanto, a ideia que decorre do Orçamento, sem prejuízo depois de alterações orçamentais que reforcem essa verba, é, de facto, submeter à Câmara Municipal um projeto de Regulamento de Orçamento Participativo em que se fixe a modalidade do Orçamento Participativo, se é por Freguesia, se é um Orçamento Participativo Global e qual é o montante também que depois será alocado em função das disponibilidades financeiras do Município.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente por este esclarecimento. Passava, então, agora ao Plenário. Quem quer usar da palavra? Maia Rodrigues, Manuel Henriques. Maria João Ribeiro.

Senhor Deputado Maia Rodrigues:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Acima de tudo, eu queria colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara e, principalmente, sobre as questões que incidem sobre Santar, não porque desrespeite, enfim, outras Freguesias, afinal eu fui eleito para a Assembleia Municipal, mas sou de Santar e, portanto, tenho mais atenção por essas coisas.

Nas Grandes Opções do Plano de 2018 havia uma verba prevista para o Projeto CAVES de 360.000,00 euros e agora de 400.000,00 euros. Sabemos que esta Assembleia aprovou um financiamento de 1.100.000,00 euros e que há um apoio estatal de 400.000,00 euros, enfim, eu quero saber qual é o estado do projeto, da execução do projeto, saber se não há condicionalismos do ponto de vista da verba que veio para o projeto que se possam perder se demormos muito tempo na execução e, pronto, saber qual é o ponto da situação, de facto, do projeto.

Dei conta, Senhor Presidente, que na Recriação Histórica, em Santar, estava, eu não sei qual é a execução, portanto, não vou pronunciar-me sobre isso, mas estava orçamentado em 2018, 15.000,00 euros e para 2019, 5.000,00 euros. Pronto, é um corte de $\frac{2}{3}$, acho muito. É alguma coisa que anima a Freguesia e que traz bastante gente. Portanto é importante e tem algum peso cultural.

E, enfim, olhei também para a Escola. Sei que tem havido obras na Escola, mas sei que há um compromisso assumido com o Senhor Presidente da Câmara com os pais de que as instalações sanitárias, as casas de banho estariam prontas até ao fim do ano, até ao fim do mês, até ao fim do ano. Eu queria saber se, efetivamente, teremos esse compromisso cumprido porque, efetivamente, eu ando nisto há muito tempo, não tanto na vida pública, na Câmara, mas sei que nem sempre podemos confiar no que os empreiteiros nos dizem, não é? E, portanto, a palavra do empreiteiro é uma e nós devemos salvaguarda-nos com a nossa, para depois não ficarmos empenhados porque outros nos deram, enfim, promessas que não cumpriram.

As ETAR,s de Santar, uma está bastante perto da minha casa e por minha culpa, mas não venho reclamar por isso, aliás, nem tenho motivo para reclamar, mas gostava de saber qual o estado em que elas se encontram e qual a previsão para a sua conclusão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, eu, contrariamente, ao Senhor Deputado Maia Rodrigues tento ter aqui uma preocupação mais ampla do Concelho, embora Santar me diga muito porque é a terra da minha bisavó Isaura Mascarenhas, já falecida há muito, em 1933.

Eu queria dar duas notas ao Senhor Presidente da Câmara. Bem fez o CDS Partido Popular há um ano atrás quando se falava aqui na Assembleia que se devia dar um voto orçamental para todo o mandato. Além disso não ser possível na Lei, diz-nos a experiência que cheques em branco também não se devem dar,

Eu, aqui, sobre esta proposta de orçamento, partilho e não vou adiantar muito mais, do que já foi dito e bem dito pelos Senhores Vereadores do CDS/PP e também do Partido Social Democrata na Câmara Municipal que, de uma forma bastante exhaustiva, dissecaram bem estas fragilidades, um grau de incumprimento, eu diria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

quase dramático, do Orçamento deste ano, um grau de expectativas nas populações não concretizado.

Falou-se aqui do Projeto CAVES. Nenhuma das pessoas que esteve aqui há um ano atrás podia sequer imaginar que o projeto estaria nesta situação. De facto, um ano é, e o assunto ter estagnado desta forma é, de facto, um prejuízo para as populações e, sabemos agora que há outros circunstancialismos que vão acontecendo que vão originar, provavelmente, alguma reconfiguração do projeto, mas o Senhor Presidente poderá dar mais detalhes.

Quero também dizer, além do nível de execução e de endividamento, que não pára de subir. Eu lamento, mas não posso alinhar. Eu também, se calhar, não acredito muito nos empreiteiros, mas, normalmente, tenho algumas dificuldades também em acreditar nos Presidentes de Câmara,

Não leve a mal, Senhor Presidente, nada especificamente consigo, mas eu aqui, sem o querer juntar a esse grupo, também tenho algumas dificuldades porque o que nós ouvimos aqui há um ano também está muita coisa por cumprir. Há aqui muitas fragilidades.

Na última Assembleia Municipal e bem, o Senhor Presidente de Câmara falou, ou lançou-me o remoque, porque é que eu não falava do Centro Escolar de Canas de Senhorim. Ora, eis que eu, antes de vir para aqui, olho para o Orçamento e vejo a quantia de um euro, um euro para o Orçamento deste ano dedicado a esse projeto.

Eu vou-lhe dizer que não fiquei impressionado, mas não posso deixar de lhe fazer um reparo porque tocou aqui no assunto. Eu sei que é um assunto estrutural, um assunto que envolve o Ministério da Educação e, de facto, fora das capacidades do Município, mas quando levantamos as coisas elas têm, no fundo, de ser comentadas.

O mesmo, a par do Projeto CAVES, a questão dos Fornos Elétricos, assunto recorrente nesta Assembleia e também na Câmara Municipal nas reuniões de Câmara, na medida em que era uma promessa eleitoral cumprida, deixou de ser. O que para já temos a certeza é que, com esta recente Coligação Partido Socialista/Movimento de Restauração do Concelho de Canas de Senhorim o assunto, pelo menos, da parte dessas forças políticas tenderá a ser abordado de uma forma menos reivindicativa, segundo me parece.

Dito isto e com as desconfianças de quem vê disparar o endividamento e não vê a execução avançar em conformidade, não me resta outra posição de que não votar contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, esperando, contudo, estar enganado e dentro de um ano o Senhor Presidente apresentar aqui uma execução em conformidade porque as obras previstas são muitas, a credibilidade sobre a capacidade de execução do Município é que nos parece pouca.

De todo o modo, cá estaremos para agradecer a boa execução, se ela vier a ter lugar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhora Deputada Maria João, faça favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:



- Ora, parte do que aqui já foi dito é a nossa opinião em termos do Orçamento, corroborando também, na generalidade, o que foi dito pelo Deputado Senhor Dr. Manuel Henriques. Dr., já me chama Engenheira, portanto, também o chamo Dr.

Entretanto, trago aqui também um assunto que também já foi discutida na Câmara pelo PSD e que é a taxa de execução dos investimentos. Efetivamente, é desconhecida, ou não sei ao pormenor, sendo certo ser expectável que já houvesse conclusões.

Projetos muito propalados, mas parte, nem iniciados. E, pelo que de grande monta para 2019, mantém-se um bocadinho mais do mesmo de 2018. Aliás, curiosamente, e agora aqui um parêntesis, de erros de impressão no GOP, lá no ponto da apresentação do Orçamento Municipal, no GOP refere-se ao ano de 2018 e não 2019, para submissão a esta Assembleia. Isto, curiosamente, é, de facto, um erro de impressão. Não é grave, mas achei curioso.

O endividamento continua a crescer sem obra. E, por conseguinte, um Orçamento onde as despesas de capital crescem numa altura em que deveriam diminuir, até porque se avisam tempos menos bons de muito provável inversão de ciclo económico, com as consequências que todos, infelizmente, reconhecemos, tememos e por isso, precaver deveremos.

A receita corrente cobre a despesa corrente, como já aqui o Senhor Presidente disse. No entanto, é prevista numa periclitante, achamos, diferença de cerca de 10% em relação ao valor da receita.

Ora, tratando-se de valores previsionais, entendemos que é uma folga, enfim, pequena, pois a execução, por vezes, não é aquilo que se espera e já assim não foi em 2018, como já aqui foi dito e, sobretudo, quando a tendência do próximo ano, insisto, é de descida e não de subida do crescimento do País.

Curiosamente, aqui ainda há um aumento na receita corrente, nos impostos diretos, de previsão para 2019 de cerca de 300.000,00 euros, que me causa aqui alguma confusão.

Enfim, também, embora, sim, se diga que é a maior previsão da despesa corrente, e como disse, periclitante, talvez por isso o Executivo prepare a subida do tarifário em vigor para os Serviços de Água, Saneamento e Resíduos. Esta medida afeta a generalidade da população, incluindo empresas, obviamente, enquanto o IMI só afetou os proprietários, sendo certo que no Concelho, efetivamente, os proprietários são bastantes. Não deixa, ainda assim, de ser estranha esta opção.

Continuando nas opções políticas, lamenta-se que a opção de folga orçamental se faça pelo lado da receita e não se tenha precavido a despesa, por exemplo, e aqui há pouco foi dito pelo Senhor Presidente, sim senhor, não foram aumentados os encargos com os Colaboradores Políticos. No entanto, também não foi aproveitada a oportunidade da saída de um Vereador a tempo inteiro, portanto, como poupança nestes encargos políticos. Isto do lado da despesa.

Por outro lado, sempre sendo justificados estes encargos com os avultados investimentos, mau grado a execução destes tardar a verificar, já aqui foi dito as previsões pelo Senhor Presidente. Espero que sim, que, realmente, em 2019 já se veja, ou já se concretize muita coisa, muitos dos investimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

No entanto, com este não aumento de encargos políticos, mas, na mesma, mantendo-os, o porquê do valor a rondar cerca de um milhão de euros em termos de consultadorias, trabalhos especializados e outros serviços não especificados?

Dívidas a curto prazo com fornecedores, por exemplo, deviam estar explícitas, o que não acontece. Já aqui também foi falado, pronto, inclusivamente, ficámos sem saber, claro que há prazo médio de pagamento a fornecedores, como é óbvio, só que esse prazo médio é uma média de valores e aqui não foi dado a conhecer.

Por outro lado, o apuramento do limite de dívida mais uma vez e já aconteceu aqui nas Contas de encerramento de 2017, não está correto, uma vez que considera para cálculo dos três últimos anos, ou seja, incluindo 2018. Enfim, a informação é omissa e as regras não são cumpridas, não pode acolher confiança pelos Órgãos Autárquicos também estes Eleitos no caso, nós, como é caso da Oposição.

E, portanto, é com base nisto que acabo de deliberar a responsabilidade de aprovação, ou não, nesta Assembleia.

O Orçamento e as GOP,s, entretanto, isto agora a nossa posição enquanto Oposição e daquilo que entendíamos interessante também constar do Orçamento, também já aqui algumas coisas foram abordadas, algumas até melhor esclarecidas.

Como achamos que devem ser determinantes, por exemplo, o desenvolvimento integrado e a coesão do Concelho que visem, portanto, incentivos concretos e concertados, que tenham como objetivo a fixação de população, medidas que de forma equilibrada visem a redução dos encargos fiscais das famílias e, portanto, impostos.

A criação de incubadoras de empresas de Unidade Móvel, que tudo vem lá referenciado mas não é para o ano, a requalificação de espaços de família e lazer, parques juniores e séniores, pronto, ok, já aqui foi falado, portanto, parece que alguma coisa vai ser melhorada, espero bem que sim, os percursos pedestres, também já aqui falaram então no âmbito do Programa da CIM, ok.

E, Cineteatro, que, sim, que vem lá no Orçamento para 2019, foi aqui falado, mas a grande fatia está distribuída para os anos a seguir. Este Cineteatro, tenho alguma pena na medida em que apoiamos aqui uma Companhia de Teatro já de renome a nível nacional, no entanto, aqui no Concelho só podemos usufruir dos seus espetáculos se for ao ar livre.

Incremento do setor turístico, da Feira do Vinho, termalismo e potenciação de recursos naturais existentes no Concelho, proteção do meio ambiente e conservação da natureza com políticas ativas de reflorestação e estabelecimento da biodiversidade e no aumento das transferências correntes para as Freguesias.

Ainda que se acelere o fim das obras das ETAR,s. Também já aqui foi falada a requalificação das vias, realmente, estão em estado lastimoso, também sei que tem havido as obras, portanto, da tubagem das ETAR,s e é natural que se parta, portanto, entendendo também que enquanto não estiver tudo concluído as vias também possam não estar concluídas, mas é algo que, de facto, urje, é algo que, realmente, quem nos visita pára e sobretudo, também para a manutenção dos nossos carros, já para não falar na segurança mas, sobretudo até em termos de manutenção.

Enfim, várias medidas que não vemos lá plasmadas.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Senhora Deputada, agradecia-lhe que fosse terminando. Já ultrapassou duas vezes. Já ultrapassou duas vezes 5 minutos.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- É para compensar a seguir, mas também já estou a terminar. Peço desculpa.

Em relação ao CAVES também vou já resumir porque já aqui foi falado. Ora bem, em relação ao CAVES também foi já dito por nós e noutras Assembleias que, efetivamente, víamos este projeto um pouco avultado. E, de facto, um despesismo muito grande neste projeto.

Bem, pelo que sabemos e pelo que já aqui foi dito, de facto, decresceu significativamente. Ora bem, em termos de valores e do que isso implica em termos, ou de reflexos que tem em termos de endividamento, agrada-me, mas concordo aqui com o que foi dito e foi pedido.

No entanto, há que esclarecer que fizemos aqui, fizemos, nós não fizemos, mas Colegas Deputados fizeram a aprovação do empréstimo e, portanto, convinha saber então o que é que desceu, o que é que isso implica, o que é que está em causa, porque é que desceu.

Não vejo mal a análise, a reanálise de projetos. De facto, as coisas mudam. E se a reanálise é para um melhor caminho, então, sim, que se faça e que se continue. Aliás, nos projetos que ainda estão, ou ainda não foram, nem sequer, concretizados, nem sequer, iniciados, sim, também vemos muito bem essa requalificação, essa análise e se for no sentido de reduzir investimento que seja feito com base em empréstimos e que, na mesma, satisfaça, quer as atuais necessidades e tendo uma visão de futuro, sim, mas que seja uma visão de futuro adequada, que deixemos obra e não empreendimentos abandonados, como tanto vemos ali no País.

E, pronto, neste sentido, para dizer que, efetivamente, iremos votar contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Uma vez que mais ninguém está inscrito, o Senhor Presidente quer dar alguma informação? Quer? Então, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Relativamente ao projeto, às questões colocadas relativamente a Santar, referir que no decurso deste ano de 2018 foi posto a concurso o Projeto CAVES. Nós temos um projeto elaborado e com especialidades. A base do projeto do concurso eram 1.200.000,00 euros e o concurso foi julgado deserto. Apareceu apenas um concorrente que na fase de concurso foi excluído porque em matéria dos preços essenciais de importantes componentes do projeto não respeitava o caderno de encargos.

E, portanto, fizemos uma reorçamentação daquele projeto e o mesmo nas condições de mercado atual, só para a parte da construção civil teria que ser subido o preço base, pelo menos para 1.600.000,00 euros. Razão pela qual temos, neste momento em curso pedidos de orçamentos de reprogramação do Projeto CAVES, por duas vias: uma delas por via do Arquiteto que está a acompanhar as obras, o projeto que já foi apresentado na Câmara Municipal de obras de requalificação da Casa das Fidalgas em Santar e cujo projeto foi já aprovado pelo Turismo de Portugal e, portanto, no espaço que é a previsão também temporal da obra. Eu pauto-me na Presidência da Câmara, como na vida, tenho sempre esperança de que consiga realizar e o mais rapidamente possível aquilo que me proponho fazer, tenho sempre esperança



que isso suceda, tento reunir o máximo de recursos e, por vezes, posso não concretizar, nem no modo, nem no tempo, concretizar aquilo que tinha a expectativa de realizar.

Isso, obviamente que compreendo que, com a franqueza e a frontalidade com que o Dr. Manuel Henriques o diz ao Presidente de Câmara, que não acredita nele, naturalmente que na vida dele tudo aquilo que ele perspectiva e tudo aquilo em que se mete, de certeza que concretiza, de certeza que realiza, aliás, temos visto muito disso em matéria social, associativa, política, aqui no Município de Nelas e, portanto, não tenho razões para desacreditar, não tenho razões para desacreditar que em tudo em que ele se meteu nos últimos 20 anos, em termos políticos, sociais, associativos e etc., saíram, plenamente, realizados.

O Projeto CAVES vai ter, por isso, uma reprogramação mais por via, que já está pedida e indicada, ao Arquiteto Fritz, que é o Arquiteto que está a acompanhar o empreendimento da requalificação da Casa das Fidalgas, que está aprovado no Turismo de Portugal, como referi, para a criação de Unidades de Alojamento Local de 21 quartos, de 5 estrelas, que estará também realizado, é a expectativa dos empreendedores, no prazo de um ano e meio, portanto, em meados de 2020. Estamos a tentar conjugar a reprogramação do projeto com o projeto que foi aprovado, incluindo na interseção entre a CAVES, portanto, a Bogaria e a infraestrutura coletiva e do Wellcome Center que está a ser criada lá e do restaurante que eles pretendem criar, confinante, conjugar as duas coisas,

Portanto, estamos a reprogramar esse projeto. Se tivesse havido concorrentes estaríamos a falar de outra maneira. Não aconteceu. Vamos aproveitar para adequar o projeto também à realidade financeira. O volume de investimento de 1.100.000,00 euros foi aprovado na Câmara e aqui na Assembleia. Foi para Visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas pediu alguns esclarecimentos e deixámos o Visto pendurado, para já não demos esses esclarecimentos em função da não existência de propostas para o Projeto CAVES que, manifestamente e também com a Junta de Freguesia, no espaço de um mês, nos primeiros, um mês, dois meses, do ano de 2019 estará reprogramado e pronto a ser de novo concursado.

A Escola Primária teve, de facto, mercê das três empreitadas que estavam em curso alguma derrapagem em termos de execução por causa das limitações da incompatibilização entre o ano escolar e a segurança dos miúdos e das pessoas que trabalham na Escola e a qualidade da obra e, portanto, foi reprogramada para mais um ano.

Havia o compromisso, de facto, até ao final do ano de ter pelo menos as caixilharias e as casas de banho requalificadas e fazer uma reprogramação também da obra com intervenção muito proativa do Presidente da Junta no sentido de, aproveitando o ensejo da realização das obras, fazer também uma reprogramação nas mesmas de aumentar, particularmente, a requalificação das casas de banho e a área de recreio coberto, por parte da Escola Primária.

Esse processo está ainda a decorrer. Não tenho garantia que estejam as casas de banho remodeladas até ao final do ano, sendo certo que as caixilharias já estão todas colocadas e, portanto, vamos fazer com que, o mais rapidamente possível, esta obra seja também concretizada.

Sendo certo que, na reprogramação temporal que foi feita das duas ETAR,s que estão a ser construídas em Santar e mais na Freguesia, temos o compromisso do



empregueiro de entrega da ETAR de Santar pronta em final de janeiro de 2019 e a de Casal Sancho no final de fevereiro de 2019. Temos esse compromisso em reunião realizada no início desta semana. E a de Moreira, em março.

E, portanto, é obra, de facto, Dr.^a Maria João, que não se vê. É obra que não se vê. As obras dos sistemas interceptores e das ETAR,s não se vêem. Mas se perguntar ao Senhor Vereador Dr. Joaquim Amaral que andou connosco a visitar algumas das obras, de facto, é obra que depois nem se vai ver. É uma pena. Eu, como Presidente de Câmara, muita da obra que está a ser feita no Município, particularmente, os 8,5 milhões de euros, a não ser a grandiosidade e a tentativa que vamos fazer mais do aproveitamento até da água que depois vai sair da ETAR de Nelas III, 1.500 m³ a 1.800 m³, que acho que já aqui falei nisso, o resto da obra é, de facto, tirei algumas fotografias da visita, alguns pormenores e todos os pormenores que eu vejo das obras que andamos a fazer, é toda enterrada.

São ETAR,s compactas, são sistemas interceptores, quilómetros e quilómetros de sistemas interceptores. Um sistema interceptor novo na Freguesia de Nelas. E eu olho para aquilo e digo assim: É pá, isto está 20 ou 30 anos atrasado. Porque eu já não devia ser um Presidente de Câmara do Século XXI a fazer infraestruturas no Ciclo Urbano da Água, a construir ETAR,s, a construir reservatórios de água. Isto devia ser uma coisa que devia estar tratada há muito tempo.

E, de facto, é obra que não se vai ver. Todavia, ela está a acontecer e, asseguro-lhe, com grande velocidade e grande qualidade. Vamos ter uma infraestrutura em Nelas, na Freguesia, que vai tratar efluentes industriais pré-tratados e efluentes domésticos. A APA vai ser nosso parceiro num projeto de economia circular pioneiro no País, que é reaproveitamento da água das ETAR,s para indústria. Estamos a protocolar já essa cooperação. E, portanto, é obra muito importante que está a acontecer.

E vamos ser todos francos aqui também, Maria João. Ou andamos com a lamúria de que temos esgotos a correr a céu aberto, ok? E depois, quando temos infraestruturas a funcionar como vamos ter, infraestruturas a funcionar em meados deste ano, grandes infraestruturas a funcionar em todas as Freguesias, virmos aqui levantar o fantasma de que vamos subir o preço da água, saneamento e resíduos.

Eu sei, e está, e vai ter que acontecer. Mas eu digo-lhe, com toda a frontalidade, o que aconteceu até hoje no Município de Nelas. É que estamos a cobrar água, saneamento e resíduos e não temos infraestruturas para os tratar. Todavia, recebemos na fatura os resíduos e o saneamento e não temos infraestruturas porque é fácil uma Câmara que foi feita nos últimos 20 anos não fazer a ponta de investimento, nem de manutenção, nada no sistema de saneamento.

E eu posso dar-lhe as contas de quanto a Câmara PSD/CDS nos 8 anos que lá esteve gastou em saneamento. Mas, agora vai ser gasto em infraestruturas, e depois a manutenção tem que ser mantida e tem que ser paga.

E, portanto, tem que haver aqui um equilíbrio que se vai pôr em 2019, e por isso está escrito no Orçamento. E leram bem, que vai ter que haver um ajustamento do preço da água, saneamento e resíduos, porque os resíduos, este ano, em 2018, que nós não o repercutimos no preço da água, que é da mais barata da Região e do País. Façam a comparação com qualquer sistema de água, o preço da fatura da água é do mais barato do País.



Os resíduos aumentaram no Planalto Beirão 20% em junho. Estamos a pagar mais 20% na fatura de resíduos desde junho, que acomodámos como custo orçamental. E não haja dúvidas, a partir de junho, com a ETAR de Nelas III, com ETAR,s nas Freguesias, não obstante haver um regulamento de utilização da grande ETAR de Nelas que, por exemplo, os grandes utilizadores industriais de maior envergadura, vão ter que pagar o tratamento dos efluentes industriais pré-tratados, que eles pré-trataram nas suas ETAR,s internas e que vão tratar nelas, que tem lá um processo de tratamento próprio e há dois sistemas que levam, um, doméstico e outro, industrial, não obstante a receita que vamos ter, é evidente que aquilo vai ter um deficit brutal em termos de exploração.

E vamos ser sérios, eu, está encomendado um estudo tarifário e vai ser depois discutido em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, um estudo tarifário e tenho a perspectiva, para ter infraestruturas de qualidade a funcionar, os Municipales vão aceitar o ajustamento do preço da água, saneamento e resíduos e a expectativa também é essa.

Em relação ao Cineteatro, já referenciei, temos aí cerca de um milhão de euros ainda FEDER no PARU e, portanto, temos o ante-projeto, o estudo prévio previsto para lançar na plataforma até ao dia 27 de dezembro. Está um estudo prévio a ser finalizado.

Não é só a Contracanto, são outras, é outro movimento cultural, muito antes da Contracanto que existe em Nelas, em Canas de Senhorim, em Santar, em todas as Freguesias, nos Agrupamentos de Escolas e não temos uma infraestruturas. Esta casa fica à pinha, é insuficiente. Mesmo o próprio Cineteatro, com os 210 lugares, ou 200 lugares que lá tem é insuficiente. O Cineteatro Municipal de Nelas é um projeto Keil do Amaral do final dos anos 40.

Depois, nos anos 80 teve uma remodelação. Tiraram-lhe o balcão. A Maria João, não sei se conheceu o Cineteatro antigo, tiraram-lhe o balcão e fizeram lá aquelas obras. Pronto. E agora o que está projetado é, de facto, alargar o Cineteatro para o lado da conhecida casa do Senhor Caldeira, a conhecida casa das Infraestruturas de Portugal e transformar aquilo numa infraestruturas com 320 lugares, à volta disso, com uma boca de palco de 16 metros que permita espetáculos, conferências e que o Municipio todo possa estar dotado de uma infraestruturas importante.

Para nós, do ponto de vista estratégico também, nestes 4 anos de mandato, portanto, passou um ano, faltam ainda 3 anos, é ter também Santar e Canas de Senhorim dotados de uma infraestruturas pelo menos semelhante a esta onde nós estamos porque também a dinâmica que se está a criar do ponto de vista económico e também associativo e cultural em Santar justificam-no. E Canas de Senhorim também o justifica.

Apresentámos ao Programa Bem, assim chamado Bem, uma requalificação da Casa do Frazão e, portanto, não saíram ainda os resultados definitivos relativamente à Casa do Frazão, mas que era um investimento que rondava os 300.000,00 euros, sem a cobertura de um anfiteatro, que depois seria melhorado, mas nós temos como compromisso estratégico neste mandato ter uma infraestruturas cultural, de artes, para fazer face ao movimento associativo e para propiciar que o movimento associativo se desenvolva em Santar e Canas de Senhorim, também.



Quanto ao endividamento. Levantaram essa questão na reunião de Câmara. Isto é um Orçamento e, portanto, há aqui um erro, de facto, no apuramento do limite do endividamento, mas não é internamente, é apenas na data, no título, na página 9, não é apuramento do limite da dívida a 01/01/2018, é 01/01/2019. Portanto, pedia que corrigissem, que pusessem um traço no 8 e pusessem 9 porque depois o resto está bem, porque o resto é estimado.

Isto é um Orçamento, portanto, em 2019 e com a aprovação da Conta, ou não, mas, previsivelmente, com a aprovação da Conta em abril e mesmo para efeitos de endividamento, com a comunicação dos dados no sistema de informação da DGAL, a receita corrente que vai contar é a receita corrente de 2018. Já vai contar, aprovada a Conta, portanto, isto é, um “forkast”, isto é uma estimativa, aliás, está lá escrita a vermelho, estimada.

Portanto, isto é apenas um Orçamento. Não é com base nisso que se vai contratar dívida. Isto é um Orçamento para 2019, ok? E o limite do apuramento, a previsão do limite da dívida para 2019, durante o ano de 2019 vai levar em consideração a receita corrente cobrada em 2018, ok?

Pois é, os últimos 3 anos, incluindo 2018 porque isto é o Orçamento para 2019. Há é um erro aqui no título, que não é 01/01/2018, é 01/01/2019, ok? Mas está bem porque eu não estou a apurar o limite da dívida neste momento porque isto é o Orçamento para o ano que vem. Neste momento é diferente deste, ok? Portanto, isto é uma estimativa de dívida para o ano que vem.

Eu queria, ainda relativamente ao Dr. Maia Rodrigues, e ao Projeto CAVES referir que tem um financiamento de 400.000,00 euros do Turismo de Portugal e, portanto, o projeto, o calendário de execução previa a execução da obra até final do corrente ano, mas está pedido uma prorrogação, dentro dos prazos contratados. Foi pedida uma prorrogação do prazo, por igual período, que é, creio que 14 meses, relativamente à execução.

E, portanto, agora mais ainda tem justificação, é a expectativa que tenho também, que com o projeto aprovado da requalificação da Casa das Fidalgas e o franco andamento dos projetos de investimento em Santar, particularmente do Santar Vila Jardim e também, devo dizer-vos, nós na Câmara Municipal, agora, porque Santar faz parte da Área de Reabilitação Urbana, tem constituída uma ARU, a Câmara Municipal, dentro do perímetro da ARU, tem direito de preferência na alienação das casas.

E temos notado uma grande dinâmica de compra e venda de imóveis em Santar, o que é um excelente sinal relativamente à confiança que está criada relativamente ao investimento nos próximos dois, três anos e, de certeza, que uma infraestrutura como a Casa das Fidalgas, com os promotores que são e que já seriam valiosos se fosse apenas o José Luis Vasconcelos e o Pedro e o Ibérico Nogueira e aquelas pessoas que estão ligadas àqueles solares.

Mas está ligado um stay cool da área da hotelaria, que é o Pedro Leal, que tem o Hotel Valverde, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, que tem grande capacidade financeira e grande capacidade de gestão e será, seguramente, para Santar, uma mais-valia importantíssima para aquele projeto. Aliás, os custos de logística estão todos divididos com a estrutura empresarial hoteleira, que ele já tem, o que nos deixa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

para os próximos dois, três anos, uma grande confiança relativamente ao desenvolvimento integrado da Vila de Santar.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- É só em relação ao esclarecimento, obviamente, quando eu digo não ver as ETAR,s, estou a falar dos prazos de conclusão, como é óbvio.

Só uma nota em relação às visitas que fizeram esta semana. Com grande pena minha, não fui, apesar de me ter sido dito. Sei, no entanto, que também com grande pena, era uma visita que estava prevista, tanto quanto me foi dado a saber, para outubro e que eu tinha agendado, não se realizou, depois, passava para novembro, que também agendei, não se realizou, até que na passada sexta-feira me foi proposto para ser quarta-feira e muito em cima da hora há coisas que consigo adiar e outras que não. O que lamento, realmente, foi pena, agradeço se possível noutras ocasiões com alguma antecipação, se possível.

Quanto à importância das ETAR,s, é óbvio que isso nem vou discutir. E, também o passado, lá está, nós estamos para a frente e é para a frente que temos que andar.

É só. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Então, chegámos ao fim desta discussão do Orçamento e vou pô-lo à votação. Pergunto: Quem vota contra? Nove votos contra, do Grupo Parlamentar do CDS, do PSD e Elemento presente do Movimento Cívico Coração do Dão. Quem se abstém? Não há abstenções. Portanto, votaram a favor 15.

Foi aprovado com 15 votos a favor e 9 votos contra. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovação das Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano 2019, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 15 votos a favor e 9 votos contra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Deputada Maria Teresa Pinto, em representação do Movimento Cívico Coração do Dão, apresentou a seguinte declaração:

“DECLARAÇÃO

Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019

A Assembleia Municipal é chamada a votar o Orçamento e as GOP para 2019, que se apresenta, na sua resenha de obras e projetos de investimento, como plano plurianual para o presente mandato (2017-2021).

Os documentos propostos pelo executivo foram tocados por um milagre, da multiplicação, que duplicou as receitas para 22 milhões de euros e lançam a ilusão que vão, em todo o território concelhio, responder às necessidades e expectativas das populações, enfim, fazer a felicidade dos munícipes.

Uma quimera. Este é o terceiro orçamento consecutivo com receitas de capitais sobredimensionadas, apresentando para 2019 um acréscimo de 53% em relação ao orçamentado para 2018. Se a execução deste é desconhecida (não é mostrada a taxa de execução nem do orçamento nem das obras), sabemos que em 2017 se verificou nas receitas de capital um desvio negativo de 82% (de 3,9 milhões de



euros orçados foram arrecadados 712 mil euros). Nada garante que cenário semelhante não se repita no corrente ano.

O campo das receitas não apresenta nada de novo. Algumas verbas orçadas são comparticipações comunitárias de projetos já antes orçamentadas e que não foram libertadas porque a inexistência de recursos próprios para a comparticipação municipal assumida impediu a realização das obras candidatas. A alternativa voltou a ser o recurso ao endividamento, uma nova espiral que tenderá a agravar as, já por si desequilibradas, contas municipais. Atente-se nos seguintes casos previstos no orçamento para 2019: passivos financeiros ainda não autorizados/aprovados (2,520 milhões de euros) e um Fundo de Emergência Municipal (1,300 milhões de euros) não aplicável ao município de Nelas (incêndios de julho e agosto de 2017).

Não será assim por acaso que, em jeito de preparar terreno, vai avisando para um previsível agravamento dos tarifários dos serviços de água e saneamento e dos resíduos, bem como para o aumento dos custos de funcionamento das infraestruturas em construção, no caso a mega Etar de Nelas cuja opção se ficou a dever essencialmente pelo serviço que prestará à indústria.

Quanto às GOP, só por puro ilusionismo convencerá alguém da sua exequibilidade, mesmo considerada na sua temporalidade de três anos. Por exemplo, as ETAR,s, de acordo com a calendarização das candidaturas aprovadas, deveriam ter sido concluídas em março/abril de 2018. Mas veja-se igualmente os casos dos cemitérios de Senhorim e de Canas de Senhorim iniciados com toda a força da urgência eleitoral, para serem abandonados logo após as eleições; o anúncio da compra dos Fornos Elétricos e da CUF/QUIMIGAL que não terá passado de um embuste; as obras do CAVE, em Santar, que depressa paralisaram; a promessa de arranque do Lar e Centro de Dia de Carvalhal Redondo que por aí se ficou. Estes são alguns dos exemplos, talvez dos mais eloquentes, que enchem GOP e que lhe diminui a credibilidade.

Com a reduzida, ou mesmo nula, taxa de execução, ano após ano repetem-se as mesmas despesas, ano após ano repetem-se as mesmas obras sem financiamento definido. Para encher papel e iludir incautos. A concretização de umas tardará, de outras nunca chegará. Enquanto isso, são empoladas as receitas que deviam ter entrado em orçamentos anteriores criando a ilusão de um município financeiramente sustentável, tudo porque as candidaturas financiadas por fundos comunitários se arrastam há anos.

Fé e crença é o que parece não faltar ao executivo. Vangloria o facto histórico da previsão de quase 13 milhões de euros de despesas de investimento em 2019. Especulação pura. Muitas obras e projetos de “financiamento não definido” são a mesmo demagogia que espalhou doses maciças de promessas eleitorais. E assim cabe perguntar, por exemplo: as aquisições das instalações dos Fornos Elétricos e da CUF/Quimigal estão de facto concretizadas? O projeto do Lar e Centro de Dia de Carvalhal avança? O rebatizado CAVES, de Santar, vai recuperar o orçamento que lhe foi substancialmente reduzidos? A rua do Cemitério à Boiça, ensaiada em 2017 e logo deixada após as eleições, vai continuar abandonada? As obras do cemitério de Senhorim e a construção do de Canas de Senhorim vão manter-se abandonadas em registo de “obras não prioritárias”?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Por fim, como previmos aquando do pedido de contração de novos empréstimos bancários, em princípios do corrente ano, a dívida de médio e longo prazo deverá ascender a cerca de 14,5 milhões de euros, a que soma a dívida de curto prazo a fornecedores e a outros credores que por altura da Assembleia Municipal de 28 de setembro passado era superior a 1,8 milhões de euros, totalizando cerca de 16,3 milhões de euros. O recurso a mais empréstimos para fazer face às componentes não participadas dos projetos cofinanciados no quadro dos fundos comunitários PORTUGAL 2020, confirma que o Município não estava em condições para honrar os compromissos relativos às percentagens não participadas, no momento que os assumiu. Confiemos que o relatório e contas de 2018 dilucidem a verdadeira dimensão do endividamento.

As propostas de Orçamento e das GOP para 2019 são, pois, a continuidade dos anteriores, mostrando a sua inexecutabilidade e consequentemente a sua falta de credibilidade. Reconhecemos a bondade e a pertinência de muitos dos projetos ali inscritos, para o concelho e para as populações que deles beneficiariam, mas é óbvio que servem para trazer as populações enganadas e a vida política anestesiada. É um logro para continuar a semear a ilusão, que um dia, à porta de eleições, se remediará com umas migalhas e mais uns quantos enganados.

Estas propostas enfermam de falta de credibilidade e, por isso mesmo, não podem merecer a nossa aprovação.

Assembleia Municipal de Nelas, 14 de dezembro de 2018

Os eleitos do MCCC - Movimento Cívico Coração do Dão.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passamos ao ponto 2.3 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019.

O Senhor Presidente quer dizer alguma coisa neste ponto? Ou não? Sim?

Então, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim. Só para esclarecimento rápido, também dos Membros da Assembleia.

O Mapa de Pessoal é, praticamente, o Mapa de Pessoal de 2018, com alguns ajustamentos, poucos e que tem incluído já nos postos de trabalho ocupados, na página 35 está isso evidenciado, já postos de trabalho ocupados – 231.

O que implica nesse número já a inclusão de 49 precários, do processo dos precários que entraram no Quadro de Pessoal no dia 1 de agosto deste ano e também 19 Professores das AEC,s.

Neste momento ainda estão em processo concursal também outras necessidades permanentes, creio que são 10 lugares. São 10 lugares no Setor do Desporto e no Setor da Educação.

E, portanto, há uma nota no final: estão previstos postos de trabalho por ocupar, ou novos, de mais 64, mas, naturalmente, isto é apenas um grau de flexibilidade relativamente ao ajustamento do Quadro de Pessoal. Vamos ver também a evolução da transferência de competências, particularmente, nos Setores da Saúde e da Educação, que tem um peso volumoso do ponto de vista de postos de trabalho, mas vamos ver como é que esse processo depois também decorre em termos quer da capacidade da Câmara em absorver essa delegação de competências, quer também, naturalmente do volume financeiro que estará disponível para isso mesmo e para o melhoramento das competências que é necessário para o exercício dessas funções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas, a perspectiva, a expectativa que temos para o ano de 2019, até porque, como se vê do próprio Orçamento e do aumento das despesas com Pessoal de cerca de 400.000,00 euros, que pode ver-se na estrutura da despesa, vamos fazer um esforço imenso, apesar de estarem previstos 64 lugares novos, fazer um esforço imenso para que, de facto, a estrutura de custos estruturalizada da Câmara em Pessoal não seja aumentada. E, portanto, andarás nas necessidades da Câmara, para a qualidade do serviço, para as responsabilidades que tem, pela experiência que temos, andarás sempre, na ordem, das necessidades permanentes, na ordem dos 240, 250 Colaboradores.

E, portanto, já temos no Quadro 231, mais 10 na Saúde, agora no Desporto e na Educação, 240 e, portanto, haverá sempre alguns Prestadores de Serviços ocasionais, alguns CEI,s, quer na Câmara e também as Juntas de Freguesia recorrem muito a CEI,s. E, portanto, é este esclarecimento que eu queria dar relativamente ao Quadro do Pessoal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Maria João. Senhora Deputada Maria João, faça favor. Três minutos e nem mais um.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Só para esclarecer a nossa posição de que alinhámos com a posição tomada na Câmara, que é de abstenção, na medida em que, como aqui foi dito, o que está previsto, entendemos razoável, ou o que está previsto, efetivamente, previsto. No entanto, está a abertura, enfim, que lá está, é uma questão de não cheque em branco.

É só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Mais ninguém quer usar da palavra Vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Ora, 8 abstenções, do Grupo Parlamentar do CDS e do PSD. Portanto, são 16 votos a favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2019, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 – Aprovação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas: Prédios rústicos – 0,8%; Prédios urbanos – 0,3%.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém?

Vou pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Aprovação do Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas: Prédios rústicos – 0,8%; Prédios urbanos – 0,3%, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passamos ao ponto 2.5 – Aprovação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios devolutos e/ou em ruínas: máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar nos prédios urbanos.

Quem quer usar da palavra? Senhor Presidente, quer? Senhor Presidente, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, se me permite.

Só para informação da Assembleia o seguinte: A proposta que foi aprovada e que está submetida aqui à aprovação da Assembleia que foi aprovada em Câmara, apesar da abrangência que a lei permite para prédios devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, a proposta que está a ser feita, em termos de prudência, é apenas para prédios em ruínas.

Prédios, ainda que estejam devolutos há mais de um ano, mas estejam em condições de habitabilidade, ou, pelo menos, em aspeto que não apresentem sinais de ruína, tipo janelas, ou telhados, deitados abaixo, portanto, não estão aqui contemplados, por uma razão de cautela.

Temos cadastrado, neste momento, nos Serviços da Câmara, creio que à volta de números entre os 400 e os 420, prédios em ruínas no Município, em todas as Freguesias, estão cadastrados, georreferenciados.

E, portanto, estamos também, os Serviços a fazer agora uma identificação dos proprietários, que serão os sujeitos passivos do imposto, que a lei permite nos termos que estão aqui referenciados, 112.º/3, do Código do IMI, que seja o IMI a triplicar, ainda que seja possível também todos os proprietários pedirem à Câmara uma certidão a dizer que o prédio está em ruínas e irem alterar o valor patrimonial tributário e pagarem menos imposto porque o prédio está em ruína.

Bom, mas isto é um mecanismo que está aqui previsto e sei que nesta Lei do Orçamento do Estado há uma autorização legislativa ao Governo no sentido de ainda aprofundar mais esta questão dos prédios degradados, os prédios em ruínas, no sentido até de passar, não a triplicar, mas, acho, que para 8 vezes mais, ou 12 vezes mais, o IMI a pagar relativamente a prédios com a degradação que nós todos, escuso de estar a dar exemplos, que todos temos nos olhos alguns prédios nas zonas históricas, particularmente, nas zonas históricas das vilas e da aldeias do Concelho, de facto, é, grande parte, por heranças, mas também de alguns proprietários, há, manifestamente, alguma negligência, ou expectativa de que o mercado evolua no sentido de realizarem, com a legitimidade que têm, como proprietários, a mais-valia que pensam que têm.

Mas, portanto, como a situação não pode continuar como está, decidimos propôr à Câmara e agora propôr às Finanças também, esta questão do agravamento no sentido de que os proprietários que têm os prédios em ruína, de facto, os coloquem em situação de segurança, de salubridade e em estado urbanisticamente aceitável porque não é só a segurança e a salubridade, mas é também haver no centro histórico de uma aldeia, ou de uma vila, uma ruína, uma casa deitada abaixo em que o proprietário tem que tomar medidas, ou remove aquilo, ou toma medidas no sentido de restabelecer do ponto de vista até arquitetónico alguma integração.

E, portanto, estamos aqui a dar algum sinal que vamos conjugar com outras medidas de apoio que estamos a procurar conjugar em princípio com medidas de



informação e de sensibilização, no início do ano de 2019, também para instrumentos de reabilitação.

Hoje, todos os prédios, além da inclusão nas Áreas de Reabilitação Urbana, que já estão criadas em Nelas, Santar, Canas de Senhorim/Urgeiriça e Felgueira, todos os prédios, nos termos da Lei do Orçamento de Estado, na introdução dos benefícios fiscais, que tenham mais de 30 anos, já beneficiam de todos os benefícios que resultam de uma ARU, seja o IVA a 6%, seja a possibilidade de isenção de IMI até 5 anos e outros benefícios.

E, portanto, sensibilizar também os proprietários no sentido de, ou colocando no mercado, rapidamente, estas situações dos prédios degradados e também intervir, porque a Lei do Orçamento dá essa, como eu referenciei, essa autorização legislativa ao Governo, no sentido de alterar toda a regulamentação urbanística no sentido das Câmaras poderem, como aconteceu com a faixa de gestão de combustível, as Câmaras poderem intervir com muito mais celeridade e até com facilidade no sentido de posse administrativa dos imóveis e realizar as obras e etc., e, portanto, enquadrando-as, até do ponto de vista constitucional, o direito coletivo ao bem-estar com o direito individual à propriedade que tem que ser conjugado, mas que, de facto, nós temos no Concelho de Nelas cerca de, entre 7.000 a 8.000 fogos de habitação e temos mais de 5% em ruína, é, de facto, uma situação que merece uma medida destas e acho que outras medidas até.

Sendo certo também, e vamos levar também isso em consideração, também por sugestão dos Senhores Vereadores na Câmara Municipal, de alguma parcimónia relativamente à utilização deste instrumento. Teremos sempre em consideração, naturalmente, a situação social, familiar, etc. Queremos que este instrumento sirva para melhorar as condições de urbanismo e de habitabilidade coletiva e não um sacrifício profundo das condições individuais dos proprietários.

E, portanto, é um instrumento que vamos transmitir à AT, à Administração Tributária, no sentido de nos ajudar a arranjar uma solução para prédios, que todos concordamos que não se pode prolongar mais, acho que estão reunidas as condições para também, nos próximos anos, invertermos essa situação de termos os centros históricos das vilas e aldeias, completamente desfigurados.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer esclarecimentos? Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, eu queria fazer um comentário sobre esta proposta de deliberação no sentido de dizer que a compreendo. É uma metodologia que, no fundo, a própria legislação nacional sugere, mas a mim, parece-me que é um pouco desleal com os proprietários. E passo a explicar porquê.

Parece-me de curial justiça que o Município, de facto, faça por eliminar, ou por reduzir o risco que tem nos seus arruamentos de prédios em má situação.

Mas, também me parece um pouco desleal que o Município, se calhar, depois de décadas e nem estou a falar, especificamente, neste Executivo, em que nada fez, que não notificou os proprietários para a realização das obras que a lei prevê que sejam de oito em oito anos, de repente atire para cima destes este ónus fiscal. Por isso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

o que me separa aqui desta proposta é, exatamente, isso. Acho que os proprietários não são bem tratados.

Por outro lado, parece-me que, se um competente processo de notificações destes 420 imóveis se resultassem 10, ou 15 obras de recuperação do edificado, já teria valido a pena ter uma perspetiva diferente porque o que nos interessa, de facto, é ter o edificado em pé que, no fundo é um edificado que gera depois receita fiscal para o Município e não destruí-lo.

Fico, por outro lado, contente de ver o Senhor Presidente bastante empenhado na matéria da requalificação urbana, como o CDS também já trouxe aqui e eu sei que é uma preocupação também do Senhor Presidente. Mas eu penso que nestas comunicações com os proprietários, este assunto deve e muito bem, estar em cima da mesa.

No fundo, no fundo, é esta a situação que me separa nesta proposta e que justifica que eu vote contra, sobretudo em homenagem a um direito individual de propriedade e que o Estado, depois de nada fazer e aqui o Estado estou a incluir o Município, venha, pura e simplesmente, com a carga tributária em cima do particular.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Uma vez que não há mais ninguém inscrito, vou pôr à votação o ponto 2.5 e pergunto: Quem vota contra? O Senhor Deputado Manuel Henriques. Quem se abstém? Os restantes Deputados do Grupo Parlamentar do CDS. E, portanto, 4 abstenções e 19 votos a favor. Um contra, quatro abstenções e dezanove votos a favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 – Aprovação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios devolutos e/ou em ruínas: máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar nos prédios urbanos, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.6 – Aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2019. Portanto, segundo a proposta de deliberação a derrama a fixar é até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável.

Portanto, quem quer usar da palavra neste ponto? Deputado Manuel Henriques. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Tenho aqui uma pergunta para o Senhor Presidente da Câmara Municipal: como é que enquadrava esta taxa de derrama no seu valor máximo e, sobretudo, como é que enquadra na estratégia industrial do Município, que está e bem, a adquirir terrenos para atrair investidores, num sistema que é concorrencial? Porque nós temos os Municípios aqui à volta, Mangualde, Mortágua, com taxas de derrama mais baixa.

Eu queria perceber qual é a lógica da promoção industrial e ao mesmo tempo ter taxas que, no fundo, são mais onerosas para os investidores e como é que o Senhor Presidente vê, ou se vê alguma lógica e coerência nisto.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, quer responder? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só dizer que, relativamente à evolução das receitas próprias do Município, não especificamente na pergunta que o Senhor Dr. Manuel Henriques colocou, mas enquadrando esta derrama no conjunto das receitas próprias do Município que, como sabe, são FEF e depois o conjunto de receitas próprias.

Eu sei. Eu acabei de lhe dizer que não era especificamente no enquadramento daquilo que me perguntou. Mas queria dar essa informação também, se me permite, à Assembleia.

E tem previsto no Orçamento para o ano que vem uma previsão de arrecadação deste imposto, da derrama, que, como sabem, é 1,5% sobre o lucro tributável das empresas. 1,5% do lucro, portanto, não estamos a falar do volume de negócios, nem do prejuízo, nem de outra coisa qualquer, é do lucro tributável e muito do lucro pode não ser até tributável, se for investido. Portanto, aquele que é distribuído, ou que fica em reservas, e a previsão deste imposto, desta taxa para as receitas municipais, que também, fruto do volume de investimentos que temos em curso, não podemos prescindir de todas as receitas próprias municipais. Já estamos a fazer um esforço entre 600.000,00 euros e 700.000,00 euros de IMI, com o IMI mínimo. É um instrumento que nós julgamos, que ainda não está a dar a totalidade dos frutos que nós pretendíamos, está a dá-lo na ótica do alívio da carga fiscal relativamente às Famílias e às Empresas.

Portanto, a derrama, felizmente, este ano e a expectativa do ano que vem, são 400.000,00 euros. A taxa de execução, este ano, quando foi aprovado em Câmara, em termos da receita, já estava em 358.000,00 euros a receita arrecadada por via da derrama. O que é o valor mais elevado dos últimos anos em matéria de receita de derrama.

Como é que eu enquadro isto na estratégia de desenvolvimento empresarial? Eu acho que é o retorno mínimo que um Município, como Nelas, que cede terrenos, não é só de agora, nos últimos anos e não são só os terrenos e, às vezes, a ajuda nas infraestruturas, dá tudo que pode e não é só o Presidente Dr. Borges da Silva, são todas as Câmaras, no sentido da fixação das empresas.

E, portanto, às novas e às empresas instaladas, fazem o máximo que podem, de certeza que também, com muitas lacunas e com muitas insuficiências.

Mas, felizmente e os resultados estão à vista do ponto de vista de ocupação das nossas Áreas de Acolhimento Empresarial e das condições que os empresários sentem que existem em Nelas para se instalarem e para evoluírem. Eu acho que isso se enquadra, a existência da derrama, 1,5% do lucro tributável, perfeitamente na política de atração e expansão empresarial do Município de Nelas.

Portanto, não é um fator crítico relativamente à dinâmica empresarial em termos regionais e tenho que lhe confessar, Senhor Dr. Manuel Henriques, que dá muito jeito, neste momento, às finanças do Município.

E, felizmente, que tem havido retorno de toda a política de apoio empresarial e mais, mais expectativa temos relativamente a esta receita, fossem 500.000,00 euros, 600.000,00 euros, ou 700.000,00 euros, que eles serão muito bem aproveitados no conjunto até de serviços que podemos melhorar relativamente aos empresários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Não esqueçamos também que a Câmara de Nelas, fruto da candidatura que apresentou nas Áreas de Acolhimento Empresarial, ainda que faça um investimento, que lhe cabe dos 15%, será sempre um investimento de 400.000,00 euros do seu Orçamento próprio. Temos 2,3 milhões de euros de Áreas de Acolhimento Empresarial FEDER aprovado, portanto, dinheiro a fundo perdido, e vamos ter que fazer este investimento para melhorar as infraestruturas, por exemplo, na Zona Empresarial I de Nelas.

Que já estamos a fazer esse esforço também, que vamos pagar em termos orçamentais com a ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, que chega também às zonas empresariais, às duas de Nelas, à I e à do Chão do Pisco. É mais um serviço de ponta, que também nos está a sair, em termos de comparticipação orçamental interna, do Orçamento.

Portanto, eu acho que é, corresponsivo, uma contribuição que, de certeza, que se melhorarmos com esta qualidade, com a prontidão que temos feito, que a Câmara Municipal, Município, como um todo, tem dado aos empresários e aquilo que se propõe fazer em termos de qualidade na suas Áreas de Acolhimento Empresarial, não será um fator crítico de instalação e de expansão das empresas existentes em Nelas o facto de termos a derrama máxima.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Uma vez que não está mais ninguém inscrito, vou pôr à votação o ponto 2.6 - Aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2019, e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Aprovação do lançamento de derrama para o ano de 2019, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.7 – Aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas.,

E pergunto: Quem quer usar a palavra neste ponto? Uma vez que ninguém quer usar a palavra, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Aprovação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.8 - Aprovação da Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2018. Quem quer usar da palavra? Ninguém. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção, do Senhor Deputado Manuel Henriques e 23 votos a favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.8 - Aprovação da Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2018, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, ao ponto 2.9 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

E, pergunto: quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém. Vou pôr à votação. Quem vota contra? Três votos contra, do Grupo Parlamentar do PSD. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 3 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao 2.10 – Aprovação da proposta da 2.ª alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas - aditamento ao artigo 10.º.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Ninguém. Vou pôr à votação. Quem vota contra? Ninguém. Quem se abstém? Ninguém. Aprovada por unanimidade, com 24 votos a favor. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Aprovação da proposta da 2.ª alteração ao Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas - aditamento ao artigo 10.º, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, ao ponto 2.11 – Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Nelas – Nova redação do artigo 17.º (Período das Reuniões).

Sobre este ponto eu queria fazer algumas considerações. E começava por ler o artigo 49.º, da Lei n.º 75/2013, que diz:

“1 – As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público.

4 – A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.

6 – As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.”

O artigo 52.º, da mesma lei diz que:

“Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Isto permite-me fazer as seguintes considerações:

O período de intervenção do público foi fixado após o período da ordem do dia no pressuposto de, portanto, no regimento que aprovámos está fixado que é depois da ordem do dia. E um dos pressupostos é que: “A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.”

Daqui depreende-se, julgo eu, que a intervenção do público decorre depois da ordem do dia, deduzo eu.

“As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.”

Portanto, diz que, depois da ordem do dia, sendo as atas elaboradas por ordem cronológica, depreende-se que a intervenção do público ocorre depois da ordem do dia.

Isto é o que, estou a interpretar, é a minha interpretação do que diz o legislador. Que refere:

“Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.”

Portanto, é previsto apenas um período de antes da ordem do dia, pelo que se depreende que a intervenção do público ocorre depois da ordem do dia.

Posto isto, parece-me não estarem reunidos os requisitos para alterar o regimento interno com o objetivo de integrar o período de intervenção do público antes da ordem do dia.

Isto é a minha interpretação. Vou pôr à consideração do Plenário e pergunto: quem quer usar da palavra neste ponto?

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente, tenho que lhe dizer e não leve a mal, acho que deve corrigir esta prática, os seus comentários são pertinentes como o de qualquer outra pessoa aqui, mas é de uma intempestividade, para usar um termo simpático, podia usar outro pior, que devia, fazer comentários a uma proposta antes, sequer, dela ser lida.

E, depois, mais uma vez e não querendo fazer-lhe nenhum reparo sobre a preparação das Assembleias, eu vou-lhe dar dois exemplos: está-se a discutir na Assembleia Municipal de Viseu, já é assim na Assembleia Municipal de Lisboa, que imagine a confusão que não é o período do público numa Assembleia desse tipo. No Porto, idem.

Por isso, Senhor Presidente, eu peço-lhe que, nestes pontos, se calhar, é preferível não dizer nada do que ser tão taxativo. Não faz boa figura. Tenho que ser franco consigo. Não faz boa figura.

Relativamente a isto, eu vou dizer alguma coisa antes de ler a proposta. Eu não teço considerações sobre o que as pessoas vêm aqui dizer, dizem o que entenderem. Noutra dia, até o Deputado Rui Costa dizia muito bem, que é bom que as pessoas venham, participem e tudo mais.

A questão é da consideração que temos pelas pessoas. É meia-noite e vinte. É o normal em Assembleias tão carregadas. Será que é justo queremos a participação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Municipes e relegarmos os Municipes para, à meia-noite, virem aqui dizer alguma coisa?

É assim: se acham que isto é um clube reservado de políticos locais, não me parece que essa seja a ideia. Isto deve ter mais peso, deve ser mais noticiado, deve ser mais participado. Por isso, Senhor Presidente, considero, absolutamente, desadequados esses comentários, sobretudo, antes de eu fazer a minha intervenção.

Se os Senhores é que mandam, fazem o que querem, não aprovem, mas ficam com o ónus de negar às pessoas o que outras Assembleias Municipais já permitem e, certamente, se não for neste mandato, neste regimento, há-de ser noutra qualquer.

Há-de vir aqui outra pessoa, certamente com melhores argumentos do que eu, de outro partido, com toda a certeza, se calhar do vosso, com pessoas de espírito mais aberto, mais democrático, no sentido de virem aqui defender melhor do que eu, isto.

Passando à leitura da proposta da alteração, que os Senhores Deputados votarão como entenderem:

“Exposição de motivos:

A assembleia municipal é o órgão deliberativo do Município, sendo constituída por vinte e um membros eleitos pelo colégio eleitoral do município e por sete presidentes das juntas de freguesia.

As sessões da Assembleia constituem uma oportunidade, pública, para os cidadãos exporem assuntos do seu interesse no contexto da atividade municipal.

As sessões da Assembleia Municipal de Nelas, nomeadamente as ordinárias, tem uma agenda exigente, com muitos expedientes burocráticos nem sempre facilmente perceptíveis pelos cidadãos, mas essenciais para a atividade desta autarquia.

Daqui resulta que, pelo facto de o período da “Intervenção do Público” decorrer apenas no final da sessão, não raras vezes a horas tardias, ocorrer uma desmobilização dos cidadãos e, compreensivelmente algum cansaço dos membros da Assembleia e do executivo municipal depois de horas a prestar contas e informações.

Entende o CDS-PP que é importante a Assembleia estimular os cidadãos para a participação democrática, facilitando a sua participação nas reuniões do órgão deliberativo, em horário adequado, dando um claro sinal de que este órgão está aqui para servir a população e não para um mero cumprimento de expedientes burocráticos. Sublinho que, se calhar, é como alguns vêm este órgão, que não é o meu caso.

Assim, e a exemplo do que já acontece em outras Assembleias Municipais portuguesas, impõe-se que em cada sessão ordinária ou extraordinária, o Presidente da Assembleia Municipal fixe um período de intervenção aberto ao público, a ter lugar imediatamente após a abertura dos trabalhos, não superior a 45 (quarenta e cinco) minutos, com vista à apresentação de assuntos de interesse municipal pelos cidadãos, bem como à formulação de pedidos de esclarecimento dirigidos à Mesa.

A Mensagem política é clara: os cidadãos primeiro...a burocracia municipal depois!

Proposta de Alteração

1. Nova redação do artigo 17º

ARTIGO 17º

(Períodos das reuniões)

1 - Em cada sessão ordinária há um período de “Intervenção do Público”, um período de “Antes da Ordem do Dia” e um período de “Ordem do Dia”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A única alteração aqui proposta é que a Intervenção do Público passe para o primeiro ponto.

2 - Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Intervenção do Público” e de “Ordem do Dia”.

3 – Os novos períodos referidos nos números anteriores iniciam-se pela ordem estabelecida no nº1.”

Esta é a proposta do CDS/PP que os Senhores Deputados, legitimamente, decidirão se votam favoravelmente, ou não, sendo que ela não influi assim tão decisivamente, mas mostra, pelo menos, da minha parte algum respeito por quem cá vem perder alguns minutos, participando na vida do Concelho.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Relativamente a isto, eu compreendo a intenção do Senhor Deputado. Só que, nós também temos que ter os pés bem assentes na terra e saber, exatamente, aquilo que estamos a propôr.

Primeiro, relativamente aos motivos e à maneira como eles são ditos. Eu não me considero aqui um burocrata. Eu fui eleito para representar as pessoas, que votaram em mim. E cada um de nós está aqui a representar as pessoas. As pessoas podem cá vir pedir esclarecimentos, ou devem. Não é isso que está em causa.

Isto é um Assembleia representativa das pessoas. Se quiser dispor de tempo para as pessoas, marque um dia por semana, ou um dia por mês, para receber as pessoas do seu Grupo Parlamentar, pode vir cá receber as pessoas e saber o que é que elas querem e depois o Senhor apresentará aqui em nome delas, conforme cada um de nós pode fazer isso. Pode e deve.

Por isso, não concordo nada com essa das burocracias, a não ser que o Senhor considere que: Aprovar e estou só a dar o exemplo de hoje: Aprovar o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano; aprovar os impostos, é burocracia.

Bem, desculpe lá, mas eu, quanto aos motivos, os motivos que estão expostos, eu não os compreendo. Compreendo do ponto de vista, nem o MRPP diz uma coisa tão bonita. A Mensagem política é clara: os cidadãos primeiro...a burocracia municipal depois! Nem o MRPP. Muito bem.

Agora vamos, mas é às questões práticas, que é o que interessa. As questões práticas, eu vou dar o exemplo da Assembleia de hoje. O Período da Ordem do Dia começou às onze da noite. O Período da Ordem do Dia começou às onze horas. Se antes do Período da Ordem do Dia o Público tivesse tido 45 minutos, nós começávamos a discutir aquilo que o Senhor chama burocracia e que eu chamo que são as coisas importantes para o Concelho, que é aqui que se devem debater, tínhamos começado às onze horas e quarenta e cinco minutos. Estávamos, agora, se calhar, ainda no primeiro ponto. E depois, é à pressa que se discutem estas coisas?

Eu não tenho nada contra o Público vir pedir esclarecimentos, até porque o Público pode. Agora, da maneira como estão as Assembleias a ser marcadas é impossível cumprir isto, fazer esta alteração. E eu, por acaso, uma das perguntas que tinha para fazer ao Senhor Deputado, era noutros locais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas o Senhor já falou nisso e deu aqui três exemplos, Viseu, Lisboa e Porto, que, de certeza absoluta, as Assembleias Municipais não começam às nove horas da noite, nem às nove horas e meia. É durante o dia. São feitas de outra maneira e até mais bastas vezes.

Por isso, para conseguirmos pôr na prática isto que aqui diz é impossível neste esquema de Assembleias Municipais à noite e ao fim-de-semana. É completamente impossível. Por isso, temos que repensar isto de outra maneira.

Por isso, o que eu lhe proponho em relação a isto e tenho algumas dúvidas até em relação a se deve ser antes, ou depois, porque a lógica, se a Assembleia, por exemplo, começasse às duas horas da tarde, o argumento de que o Público estava cá muito tempo, aliás, se o Público vier ver as Assembleias até percebe que isto não tem nada de burocrático. E entende o que é que nós estamos aqui a fazer porque, às vezes, as pessoas falam connosco lá fora e dizem: Mas vocês estão lá a fazer o quê? Não resolvem o problema da minha rua. Nós, aqui, nem podemos resolver nada dessas coisas.

Podemos recomendar. Podemos falar nisso. Podemos fazer barulho. Isso, tudo bem. Mas não podemos aqui na Assembleia resolver esses problemas.

Mas era importante que o Público pudesse assistir às Assembleias completas para poder perceber exatamente o que é que cada um daqueles que os representa aqui vem fazer, ok?

Porque a tendência, se for logo ao início, é: despacho o meu problema. Porque, atenção: nós temos que ver que não é só a Assembleia Municipal que tem Período do Público. A Câmara Municipal, que é onde as pessoas podem ter mais interesse até em ir, que é à tarde, também tem Período dedicado ao Público para poder fazer questões e pôr problemas ao Presidente da Câmara, ou à Câmara.

Mais: a Lei até só obriga que seja na última de cada mês. Mas eu costumo assistir às reuniões de Câmara, às que posso e o Presidente de Câmara pergunta, quer seja numa, quer seja noutra, se alguém do Público quer falar e quando há, tanto falam numa, como na outra, que é bom que seja assim.

Agora, as coisas do Público, aliás, a própria lei o diz e no regimento também o diz, é que estas intervenções do Público, principalmente na Assembleia Municipal, são, acima de tudo, para solicitar esclarecimentos.

Não é para vir para aqui, fazer, dar uma opinião sobre isto, ou sobre aquilo, embora ela seja importante. Não é isso que eu estou a dizer. Agora, não é neste tipo de democracia representativa. Isso podia ser uma Assembleia mais popular.

Agora, o que nós temos é uma democracia de representação. Nós somos os representantes das pessoas.

Isso é a minha opinião relativamente a isto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Bom. Do ponto de vista da ideia, eu até simpatizo com a ideia.

Agora, há muitas questões que se podem colocar com isto, que é o Público pensar: se nós pretendemos que sejamos ouvidos por eles, ou se pretendemos que eles cheguem cá, despejam a bojarada e vão-se embora e não ligam ao que nós discutimos. Portanto, eu não sei, eu não sei qual é que é mais democrática.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Agora a questão é esta: eu penso que, provavelmente, a forma como foi aprovado, mas é assim, o regulamento, foi no início do ano, foi quando tínhamos menos experiência e, se calhar, estes assuntos deviam ter sido muito mais bem discutidos do que foram. De facto, votámo-lo e pronto e agora que temos experiência é que pensamos nele.

Portanto, eu penso que, se calhar, deveríamos constituir uma comissão, estou a sugerir, uma comissão para rever, portanto, o regulamento, porque eu acho que, de facto, estas Assembleias deveriam ser à tarde, não por minha causa, porque eu, só lá para as duas, ou três da manhã, é que vou dormir, portanto, não é a minha questão pessoal que está aqui a ser analisada e, provavelmente, muitos de nós.

A questão é que, de facto, o Público assiste durante o dia, pode participar, se entendermos que essa será uma alteração lógica, no início, ou no fim, e pode ficar porque não está cansado para ficar a assistir à discussão. Ou não deixa de assistir à discussão para depois falar no fim. Portanto, penso que estas questões deviam ser assim tratadas.

Penso, também, que a fazermos, a constituir-se uma comissão para alteração do regulamento, podia-se estabelecer, porque não, eu, enfim, estou a lançar isto, é uma dica porque, efetivamente, nem sei se a lei o prevê, porque não estabelecermos também um horário para que os Grupos Parlamentares recebam os Municipais em dia e hora porque podem, perfeitamente, vir e sugerir as coisas.

Portanto, para receber as pessoas e para transmitir.

E evidente que não é para decidir pelos outros, nem é para vir depois aqui tomar decisões pelos outros. Mas, porque não pressionar, como grupo de pressão que somos quando participamos na política da forma que podemos participar.

Portanto, a minha sugestão é, de facto, essa, constituição de uma comissão para revisão do regulamento e, que seja, por todos os representantes na Assembleia. Provavelmente, enfim, poderemos enriquecer muito mais o regulamento da nossa Assembleia.

+ *O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Faça favor.

O Senhor Deputado António Luis Santos:

- Aquilo que me parece que aqui se propôs é uma alteração ao regulamento.

Portanto, não vamos discutir qualquer outro tipo de insinuação. Certo.

Agora é assim: eu, se me puser na parte do Público que cá vem e que é pouco, efetivamente, a maior parte das questões que o Público aqui coloca, são respondidas, ou não, daqui a três meses.

Passando as questões para o início das sessões, se calhar, embora não haja direito de resposta, certo, mas isso é uma questão retórica. A resposta, se calhar, nalguns casos, até poderia ser dada ao longo da sessão. E acabava aí a questão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra neste ponto? Sousa? Faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Ninguém está a pôr em causa as pessoas poderem intervir e até dar-lhe facilidade de intervenção. O que eu quero aqui dizer é que nesta situação das Assembleias Municipais a começarem às nove horas, nove e meia, nunca é às nove



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

horas, isto ia-nos levar a Assembleia Municipal para as duas da manhã, uma e tal da manhã, pondo, pelos menos, aqui mais 45 minutos.

Nós temos é que prever as situações todas. Não é só algumas. Se vamos dar 45 minutos, depois são 45 minutos. Quer dizer, isto se está tudo a correr bem.

Temos que pensar no conjunto. A ideia de poder facilitar o Público a intervir, eu também sou favorável a ela.

Agora, temos que ver é se para mexermos nisso temos de mexer na hora da reunião. Por isso é que eu concordo com aquilo que diz o Maia Rodrigues, fazer uma comissão para pensarmos isto. Porque a ideia teórica está correta. Ok?

Ninguém está a pôr aqui em causa o Público ter mais facilidade, ou um horário melhor. Tudo isso está bem. Agora, nós temos que conseguir pôr isso em conjunto com o interesse da Assembleia funcionar também como deve ser e acabar a uma hora que seja lógica para todos. Não é?

Isso é o que eu estou a dizer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Bem, meus Senhores,

Como a intervenção do Público, sendo antes, ou sendo depois, esta Assembleia vai acabar à mesma hora, eu proponho o seguinte: Que haja uma pequena alteração, em vez de ser 45 minutos, passe para 30 minutos de Público. E na vez de começarmos às nove horas da noite, começamos às oito e meia.

E, com isto, já tínhamos acabado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Já agora, se me é permitido, se querem alterar o Período da Ordem do Dia, ou o Período do Público, eu proponho, então, para ter condições do Público, que estas reuniões se façam da parte da tarde. Deixamos de estar à noite. E eu proponho que as reuniões comecem, por exemplo, às três horas da tarde, às três horas da tarde acabam às seis horas. Se acabarem às oito horas ainda é no tempo normal. E não à noite, para não se prolongarem.

Agora, andarem aqui a mudar uns minutos, depois, acabam por se prolongar na mesma porque ninguém respeita os tempos que lhe são atribuídos, não vamos chegar a lado nenhum.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Eu proponho duas coisas. Eu proponho adotar a proposta construtiva do Deputado Rui Costa. E proponho que, em vez de estarmos aqui a dramatizar e a fazer um filme, se por ventura, verificarmos que, à primeira oportunidade, alguma coisa corre mal, estamos aqui para alterar.

Agora, efetivamente, a Assembleia vai acabar à mesma hora. Aliás, quem aqui, com honestidade intelectual, acha que vão estar aqui 10 pessoas a fazerem intervenções, ou 15, ou 20, ou 30?

Vamos lá ver, qual é o histórico que aqui temos? Por isso, eu acho que nós devemos atuar perante as circunstâncias. A única circunstância factual é que é tarde demais para o Público. Isto é facto. É único.

Agora, se vai haver isto, aquilo, aquela confusão, eu acho que estamos a inventar, estamos a inventar um problema por má vontade, por má vontade, porque o regimento é assim há calendas. Mas o regimento está para ser alterado e um dia há-de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ser ainda mais alterado quando os desequilíbrios de forças mudarem e depois, no futuro, outra vez. Meus amigos, é assim a vida.

Agora, é assim: vamos querer ser simpáticos para o Público? Ou vamos querer ser antipáticos para o Público? Se correr muito mal, eu sou o primeiro a propôr uma alteração e voltar atrás. Mas, eu, parece-me que estamos aqui numa discussão sem qualquer sentido, apenas nos egos dos Senhores Deputados, ou dos Senhores Membros da Mesa, é essa a discussão. É pá, não contem comigo.

Querem votar contra, votem contra. Querem votar a favor, votem a favor. Eu estou aqui solidário com quem cá queira poder vir. É esse o meu objetivo e percebo que há bastante gente que pensa como eu.

Muito obrigado. Não tenho mais nada a dizer sobre este assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, muito obrigado. Sousa, faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Por isso, a nossa proposta é: as Assembleias passarem a realizar-se da parte da tarde, independentemente, seja o Público falar antes, ou depois. Mas, que seja da parte da tarde, exatamente para não estar a provocar estarmos aqui à uma da manhã a discutir coisas, que já nem estamos a discutir nada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Jorge Abreu, faça favor.

O Senhor Jorge Abreu, Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira:

- Senhor Presidente,

Boa noite a todos,

Caros Colegas Deputados.

Sobre este ponto que está a ser discutido eu percebo o conceito porque sou um defensor sempre da intervenção do Público, independentemente da hora que o seja.

Mas, lamentavelmente, acho que deveremos olhar sempre para nós. Está aqui a ser dado um exemplo ao Público de uma enorme falta de respeito. E acho que devemos fazer uma reflexão bastante aprofundada sobre a utilização de tempo rigorosa.

A discussão dos interesses dos Eleitores que nos elegeram para aqui estar a defender as suas causas e a sua própria vida e, acima de tudo, com respeito e com o sentido de que é, de facto, uma Assembleia representativa.

O conceito de a participação do Público ser no início, ou no fim, não acredito que seja, infelizmente, esse o fator de trazermos o Público para as sessões.

Eu, a nível de Freguesia, posso dizer que já fiz, já realizei Assembleias de Freguesia às duas horas da tarde, às cinco horas da tarde, às seis horas da tarde, às nove horas da noite, às oito horas da noite, a participação do Público, infelizmente, é pouca. E isto não é um caso do nosso Concelho, ou das nossas Freguesias, é uma realidade que nós temos que olhar para ela, se calhar, de uma forma mais aprofundada.

Sobre a questão da realização das Assembleias durante o período de um horário laboral a questão que é colocada é muito grave no sentido de impedir a participação de quem tem uma atividade profissional e que fica, desta forma, limitado, ou mesmo impedido de participar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Por isso, não vejo, não vejo maneira alguma que haja necessidade de alteração do Regimento, no meu ponto de vista e respeitando todas as posições e toda a discussão que aqui foi feita. Se nós olharmos e fizermos um balanço sobre aquilo que têm sido as Assembleias Municipais, nos últimos anos, não é hoje, é nos últimos anos e conseguirmos retirar daí aquilo que é o essencial e aquilo que é o desnecessário porque, concerteza, se na maioria delas, o desnecessário não fosse gasto, neste momento nós já não estávamos aqui. E faço um apelo ao Senhor Presidente da Assembleia no sentido de que seja rigoroso na utilização dos tempos e nas intervenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, vamos lá ver se eu ponho aqui um ponto de ordem nisto. Há aqui uma proposta, que está a ser discutida e que prevê a alteração do Período do Público para o início da sessão, 45 minutos.

Depois, faz uma proposta de alteração de uma série de pontos do Regimento.

Depois, há uma proposta de começar às oito horas da noite. Mais uma série de pontos que é preciso alterar. Oito horas e meia?

Depois, já não é 45 minutos, é 30.

Depois, há outra proposta que é para a tarde.

Portanto, eu, parece-me, nestas situações, que a única proposta que eu posso pôr à votação neste momento é a proposta que foi apresentada e que é: Alteração do Período de Intervenção do Público para antes do Período da Ordem do Dia e de 45 minutos. Portanto, é isto que está e não posso pôr outras situações.

A não ser que queiram retirar este ponto, discutir a tal comissão que chegam a uma conclusão se querem, ou não querem e quando é que querem e que pontos é que querem alterar porque o que já aqui propuseram foi alteração de “n” pontos, não é um e então, não se discute. Pronto, são comentários.

Então, se há só uma proposta, que vocês têm todos, eu vou pôr essa proposta à votação e pergunto: quem vota contra? Quinze votos contra. Quem se abstém? Quem vota a favor? Nove votos a favor, do Grupo Parlamentar do CDS, mais o Grupo Parlamentar do PSD, mais o Senhor Presidente da Junta de Senhorim. Faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Portanto, a minha declaração de voto, até no sentido do início da minha declaração anterior, é de que estou disponível para discutir esta questão mais aprofundadamente para chegarmos a uma proposta e estou disponível para todas as bancadas, uma proposta, para podermos depois trazê-la à apreciação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária Isabel Cristina dos Santos Gonçalves:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 – Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal de Nelas – Nova redação do artigo 17.º (Período das Reuniões), foi posto à discussão, tendo sido reprovado com 9 votos a favor, 15 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta da ata? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Chegámos, assim, ao fim do Período da Ordem do Dia e declaro aberta a sessão ao Público e pergunto: quem quer usar da palavra neste ponto? O Senhor Arlindo e o Senhor José Abrantes. Senhor Arlindo, faça favor. Tem 5 minutos para usar da palavra, de acordo com o Regimento.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Deputados,
Senhores Vereadores,
E Estimado Público.

Quero desejar boa noite a todos e já agora aproveito para continuar e Bom Natal e Próspero Ano Novo.

Ora, eu vou começar aqui, mais uma vez, porque já foi discutido, quer aqui, quer nas reuniões da Câmara, os animais que nós temos na Quinta da Cerca.

Ainda ontem lá fui levar dois sacos de ração, de 20 quilos, cada. O caminho está impróprio. Eu, quando saí de lá com a carrinha tive que lavá-la logo porque estava cheia de lama.

Tenho a dizer também que a módica quantia de 1.000,00 euros que a Câmara dá para os nossos animais, que são apanhados na rua, até à presente data, isto é informações de às seis horas da tarde, ainda não saíram da Câmara para os nossos animais. Portanto, é lamentável porque estamos no final do ano.

Sobre as ETAR,s, há 5 anos atrás foi garantido ao Povo de Nelas, do Concelho de Nelas, evidentemente, que ia resolver nesse mandato o problema ambiental, construindo as ETAR,s. Só se construiu uma. Estão outras com muito atraso. Espero que o próximo ano seja mais saudável a nível de ambiente.

Quero também dizer que na Urgeiriça, graças à Santa Bárbara, no dia 4 de dezembro, conseguimos ter ruas limpas. No próprio dia ainda andava lá a Câmara a limpar. Portanto, sugeria que o Senhor Presidente da Câmara, porque é da Câmara que vai o dinheiro para as Juntas de Freguesia e, lamentavelmente, mais uma vez não está cá, que tomasse conta disso e que puxasse as orelhas, entre aspas, à Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, para que, pelo menos, eu já não digo mais, uma vez de 15 em 15 dias.

Sobre os Parques Infantis, mais uma vez digo, se formos ver as verbas que estão no Orçamento, são nulas para os Parques Infantis que nós necessitamos no nosso Concelho.

Gostava de saber, não foi dito aqui, qual é a dívida aos fornecedores. Não é estar com 8 dias, se paga aos 15 dias, se paga aos 3 meses, é, qual é a dívida real que deve aos fornecedores. Isso é que eu gostaria de saber.

Portanto, e depois vamos, eu lamento uma coisa, eu não sei como é que, nós aprovamos isto, porque o que está nisto, está nisto. As obras são as mesmas. De ano para ano fala-se aqui das mesmas obras, gasta-se o dinheiro e as obras não estão feitas.

Vou já dizer ao Senhor Presidente da Junta de Santar, eu tenho muita consideração para consigo, como sabe bem. Tire o cavalinho da chuva, a sério. Por aquilo que eu conheço, o Museu do Vinho, dêem-lhe o nome que quiserem, mas o Museu do Vinho que vocês necessitam mesmo, não é só para vocês, mas para o nosso Concelho, não vai ser feito agora porque de 1.600.000,00 euros, que era 1.200.000,00



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

euros mais os 400.000,00 euros que vinham de outro lado, atualmente estão 400.000,00 euros.

Aquilo é para os alicerces, conforme fizemos, ou fizeram, aliás, no cemitério de Canas de Senhorim. Fizeram os alicerces e parou. Por isso, Jorge, com toda a amizade que tenho consigo, esqueça isso. Eu sei que você mudou para o outro lado com essas garantias, mas eu sou homem de pouca-fé.

Eu vou ser muito rápido, mesmo, apesar de ainda estar no meu tempo, vou ser rápido.

Portanto, gostaria de saber, gostaria de saber também, porque não vi nestes documentos, que são o Orçamento para 2019, não vi lá que a Câmara tinha pedido 3,3 milhões de euros, mais 2,6 milhões de euros, se não me engano. Não vem ali. Não está no endividamento. Está noutras contas. Isto é uma coisa, vou à Caixa aparece 5.000, vou a outra Caixa, vou ao Santander pago 5.000. Só devo 5.000? Não. Tenho que pagar os 10.000.

Sobre as dívidas do endividamento temos que reconhecer e é uma das grandes bandeiras do Senhor Presidente, reconhecer que baixaram. Mas, se virem para 2018, já estão a aumentar, aliás, para 2019. Baixaram em 2016, 2017, 2018, para 2019 já é um milhão e tal, mais em 2019. Então, como é que é? Com 6 milhões que se deve à parte, para quanto é que vai o endividamento? Será que resolveu os problemas financeiros? Não.

Sobre as ETAR,s, portanto, eu espero que, realmente, tenha obras. Depois, fala-se nas Atividades Mais Relevantes, mais revelantes, para 2019. Fala aqui do Turismo e Sinalização Turística. Há tanto tempo que eu ando a pedir que seja posta uma placa alusiva às Termas da Felgueira, na E.N. n.º 231, no cruzamento, até hoje, nada. É isto que estamos a ver, Turismo, nada.

É só mais dois minutitos, se não se importa.

Sobre o cemitério, já falámos. Continua prometido há 5 anos. Orçamentos, todos os anos a falar nos cemitérios. Onde é que eles estão? Eu não conheço nenhum que fosse aumentado. Já não falo feitos de raiz.

E, depois, vemos, aparece aqui, eu nem sei o que é isto neste documento, um euro? Mas, Senhorim, 30.000? Para a Lapa do Lobo, isto é para os cemitérios, um euro? Carvalhal Redondo, um euro? É pá. Pronto, eu dou a volta por outro lado.

Portanto, espero que estes orçamentos que são feitos aqui, estão feitos aqui, passem a constar com o real valor, porque isto, sem ofensa nenhuma e com toda a seriedade, não quero ofender, mas isto é uma fantochada.

Sobre a compra dos Fornos, gostaria de saber, o Senhor Presidente, quando disse que, que nos venha a dizer a todos nós, quando é que compra os Fornos, que é uma história que já está muito antiga. Queria saber quando é que compra os Fornos.

Outra questão, muito simples. A Câmara Municipal de Nelas e isto é para acabar, Senhor Presidente. A Câmara Municipal de Nelas está a pagar uma avença de 900,00 euros/ano, não é muito, é quase tanto quanto dá aos animaizitos lá em cima, a uma pessoa que, por acaso, até escreve algumas coisas para um jornal, mas esse dinheiro não é para o jornal, é para ele próprio. Nós, nem sequer o vimos aqui nas Assembleias para publicar alguma coisa. Não o vimos nas reuniões da Câmara para publicar alguma coisa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, Senhor Presidente, tenha atenção, arranje faturas dele porque o dinheiro não entra para o jornal de Canas de Senhorim. Esse Senhor, gosto de chamar os bois pelos nomes, chama-se o Senhor Fernando Neto.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Arlindo. Senhor José Abrantes, faça favor. Também tem 5 minutos para usar a palavra.

O Senhor José Abrantes:

- Muito boa noite a todos e a todas.

Vou ser muito breve.

Antes de mais, queria parabenizar a Câmara por alguma obra que tem feito e algumas medidas que tem tomado. E também a Assembleia Municipal, de forma indireta.

No entanto, devo salientar outras coisas, outras medidas que deviam ser tomadas e que não são tomadas e a obra que devia ser feita não é feita.

No entanto, hoje, eu trazia alguns pedidos de esclarecimento, que já foram feitos. No entanto, há um que ainda não foi feito, embora eu já tenha pedido mais do que uma vez, que tem a ver com a Estrada Municipal que liga Vilar Seco a Aldeia de Carvalho.

Neste momento, eu tenho conhecimento que as obras começaram e irá ser feita a sua pergunta, o seu esclarecimento é: quando é que será feita a segunda fase. Penso que há uma segunda fase da obra e quando é que está previsto isto acontecer.

Boa noite e um Bom Natal a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente, quer responder às questões que lhe foram postas, pelo menos aqui do Senhor José Abrantes, já que o Senhor Arlindo fez comentários, mas acho que perguntas não fez nenhuma? Senhor Presidente, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, agradeço as intervenções do Senhor Arlindo e do Senhor José Abrantes. E, portanto, também das atas depois tem que constar a intervenção do Público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

Eu, relativamente aos pedidos de esclarecimentos colocados pelo Senhor Arlindo e que é recorrente em todas as intervenções reservadas ao Público, eu vou deixar aqui uma sugestão: o Senhor, nas próximas eleições autárquicas, candidata-se e é eleito. É eleito e tem um espaço próprio, na Câmara, na Assembleia Municipal, para colocar todas as questões, para colocar todas as questões e dar o seu contributo, merecer a confiança dos seus Concidãos para o representar, que é o que acontece de 4 em 4 anos em eleições.

E, portanto, eu, aos esclarecimentos que o Senhor entenda que eu deva dar, dou todos os esclarecimentos. Aos seus comentários, ficam para si e têm o valor que têm. E, portanto, o esclarecimento, porque estarei disponível para dar, como tenho dado sempre todos os esclarecimentos e agora estar a aproveitar o Período reservado para esclarecimentos, para fazer ação política, que não consegue fazer porque os concidãos não lhe dão essa possibilidade e você não o consegue no momento próprio, acho que é o uso ilegítimo de um direito que tem feito, de forma recorrente, na Câmara e na Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Também tenho a liberdade de lhe dizer isso. E, portanto, o Senhor é um Vereador e um Membro da Assembleia Municipal informal, quando nas eleições, o Senhor se podia candidatar a ser Vereador e a ser Membro da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não podia, duas coisas, não.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Portanto, digo-lhe isso também com todo o respeito e com toda a frontalidade porque eu, apesar de ser Presidente de Câmara não me acobardo, nem tenho medo de pensar pela minha cabeça. E, portanto, o Senhor, como eu, calcorreie as ruas do Concelho, procure a confiança do Povo e faça obra e sujeite-se à confiança do Povo.

Senhor José Abrantes, aquilo foi uma intervenção num caminho rural e também de melhoria daquela estrada que, de facto, é uma das estradas mais desqualificadas, mais degradadas do Município. E esperamos, tenho a expectativa também de que no primeiro semestre, relativamente com outras infraestruturas rodoviárias, seja possível fazer intervenção nessa estrada que é, de facto, das estradas mais degradadas do Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Terminou? Mais algum esclarecimento que não tenha sido dado? Não? Então, chegámos, assim, ao fim do Período dedicado ao Público e ao fim desta sessão.

Muito boa noite a todos. Desejo um Bom Natal e um ótimo Ano Novo para todos. Boas Festas. Obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: